CESP Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2005

I. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CESP - Companhia Energética de São Paulo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005.

Desde o estabelecimento da Lei nº 8.631/93, que extinguiu o regime de remuneração garantida, o Setor Elétrico Brasileiro tem passado por uma profunda reformulação jurídica e regulatória. Os novos Marcos Regulatórios, como a Lei nº 8.987/95 que definiu as novas regras de Concessões e Permissões para a prestação de Serviços Públicos, a instituição da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica pela Lei nº 9.427/96, o Decreto nº 2003/96 que criou a figura do Produtor Independente e do Autoprodutor, a Lei nº 9.648/98 que extingue os chamados Contratos Iniciais ao determinar a descontratação à razão de 25% ao ano a partir de 2003, a criação do MAE - Mercado Atacadista de Energia, também em 1998, substituído, em 2004, pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica que instituiu os leilões de compra e venda de energia elétrica, conforme Decreto nº 5.177, para citarmos alguns, têm exigido das empresas uma capacidade de adaptação sem precedentes ao Novo Modelo do Setor.

A par disso, a CESP teve que enfrentar o seu próprio desafio. Em 1994, era a maior empresa integrada do Setor Elétrico brasileiro, com 22 usinas hidrelétricas e 11.000 MW de potência instalada, 2 milhões de consumidores em 228 municípios, 14.000 empregados efetivos e 7.000 terceirizados. Sua dívida era de US$ 9.800 milhões, sendo 80% em moeda estrangeira e indicador PASSIVO/EBITDA de 19 anos. Tais dados indicavam que a Empresa, a médio prazo, ver-se-ía obrigada a lançar mão de seu patrimônio líquido e com risco de mergulhar em uma grave crise financeira. Naquela ocasião, após 25 anos de expansão acelerada a CESP teve que repensar a sua estrutura empresarial.

A nova Administração, que tomou posse em janeiro de 1995, implantou um rígido Plano de Ação que determinou medidas visando reduzir seu grau de endividamento com a venda de ativos, finalizar obras inacabadas, preservar o conhecimento técnico, maximizar a qualidade e eficiência, reduzir custos e atender ao novo Marco Regulatório.

Nesse sentido, em consonância com o Programa Estadual de Desestatização - PED, definido pela Lei Estadual nº 9.361/96, a CESP alienou em 1997, o controle da distribuidora Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, as subsidiárias Elektro, ativo também dedicado à distribuição de energia elétrica em 1998 e a COMGÁS, distribuidora de gás canalizado no município de São Paulo, em 1999. Após o processo de cisão parcial, em abril de 1999, o Governo do Estado alienou o controle da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, com 9 usinas do Rio Tietê, que totalizavam 2.644 MW e no mesmo ano alienou o controle da Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema, com 2.307 MW provenientes de 7 usinas do Rio Paranapanema.

Permaneceram sob o controle do Estado de São Paulo a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, concebida para intermediar o relacionamento entre os agentes do Setor no Estado de São Paulo, função que deixou de exercer e, por essa razão, deverá ser privatizada ainda no primeiro semestre de 2006 e a CESP remanescente, que havia sido programada para ser a primeira empresa a ser privatizada após a cisão parcial.

No entanto, devido a uma conjugação de fatores adversos, o projeto da sua venda não pode ser efetivado, fato que colocou diante da Administração da Companhia a árdua tarefa de administrá-la, não obstante o elevado endividamento financeiro que foi herdado, também outros obstáculos envolvendo questões ambientais de Porto Primavera em 2000, a crise energética e o atentado terrorista de 2001, o estresse do risco Brasil no ano eleitoral de 2002 e os efeitos da frustação de receitas da ordem de R$ 500 milhões/ano devido às descontratações anuais de 25% dos contratos iniciais com as distribuidoras, a partir de 2003, previstas na Lei nº 9.648/98.

Mesmo diante deste cenário, a CESP concluiu em 1999, as plantas da UHE Três Irmãos e da UHE Canoas I e II, esta mediante solução pioneira em parceria com a iniciativa privada. Em 2003 foi instalada a última unidade geradora da UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), projeto que já se arrastava por 20 anos, mediante uma solução inovadora para a obtenção de recursos financeiros que constou do lançamento dos Certificados a Termo de Energia Elétrica - CTEEs, títulos que são garantidos pelos grandes clientes da CESP, as distribuidoras de energia elétrica.

Dessa forma, a CESP chegou ao final do ano de 2005 com 6 usinas hidrelétricas e 7.456 MW instalados, 81 clientes, 1.284 empregados, dívida de US$ 4,4 bilhões, sendo 45% em moeda estrangeira e indicador PASSIVO/EBITDA de 9,6 anos.

Mauro Guilherme Jardim Arce
Presidente do Conselho de Administração

II. O SETOR ELÉTRICO

Ao longo do ano de 2005 foi buscada uma consolidação do Novo Modelo do Setor Elétrico, na área de garantia de suprimento e modicidade tarifária, por meio da realização dos leilões de energia existente e energia nova no Ambiente de Contratação Regulado - ACR e na regulação específica de artigos da Lei 10.848/2004 e Decreto 5.163/2004.

Complementando o leilão inicial de energia existente de dezembro de 2004, visando a contratação de energia para os anos 2008 e 2009, bem como para a cobertura da demanda não contratada no 1º leilão, foram realizados 3 leilões em 2005.

O primeiro, em abril, ainda manteve um preço de reserva para cada produto, independentemente da oferta e demanda. Isto ocasionou novo corte de demanda no produto 2008-2015, implicando numa contratação de apenas 42% da demanda necessária e a exclusão do produto 2009-2016 com a não contratação de 2.530 MW médios declarados pelas Distribuidoras.

Nos leilões de 11 de outubro, necessários para atender a energia não contratada nos leilões anteriores, incluindo o produto 2009-2016, alguns aperfeiçoamentos de procedimento foram implementados. A principal evolução na sistemática foi a eliminação do preço reserva. Contudo, continuou o controle absoluto do único leiloeiro, exercido pelo governo federal. A demanda não contratada nos leilões anteriores foi consolidada num produto de 3 anos, com vigência de 2006 a 2008, sendo negociados 102 MW médios a um preço médio de R$ 62,95 por MWh. Para o produto 2009-2016, foram negociados apenas 59% da demanda necessária a um preço médio de R$ 94,91 por MWh. Considerando que a modelagem para contratação de energia nova e energia existente não possibilitou o reingresso da energia não contratada, há um montante de energia existente da ordem de 800 MW médios sem contratação.

Em dezembro, foi realizado o 1º leilão de energia nova. Dividido em 3 fases, com a segmentação do mercado em hidroelétrico e termoelétrico, fato que possibilitou a expansão e contratação de montantes de energia térmica a preços superiores ao da energia hidráulica, deslocada por falta de espaço no mercado. Definindo o preço marginal de expansão único em R$ 116,00 por MWh, a 1ª fase do leilão, incluindo apenas empreendimentos hidroelétricos novos, objetivou estabelecer o vínculo entre o proponente que ofertasse o maior desconto em relação ao preço marginal e o empreendimento, recebendo uma concessão condicionada ao desempenho das outras 2 fases.

Na 2ª fase, além dos novos empreendimentos hidroelétricos, foram incorporados os demais empreendimentos, incluindo termoelétricas, PCH's e usinas que atendessem os artigos 17 e 22 da Lei 10.848 e Decreto 5.163, respectivamente, conhecidas como usinas "botox". Ao longo das 2ª e 3ª fases foram estabelecidas rodadas visando criar disputa entre ofertantes de energia para os produtos oferecidos que contemplavam atender a demanda de energia nova das distribuidoras a partir dos anos de 2008, 2009 e 2010, por 15 e 30 anos, segundo a fonte térmica e hidráulica, respectivamente. Foram negociados 3.286 MW médios, sendo 69% térmicos e 31% hídricos, a um preço médio de R$ 123,30 por MWh e observado um preço marginal do leilão de R$ 139,00 por MWh. O preço médio hidro foi de R$ 114,30 por MWh, enquanto o térmico foi de R$ 127,30 por MWh. Ressalte-se ainda que a demanda prevista para contratação no leilão representa cerca de 69% da demanda total necessária sendo que desta, aproximadamente 28% não foram contratados.

O leilão de energia nova não despertou grande interesse do agente privado, sendo 69% das vendas realizadas por empresas estatais. Há necessidade de vários aperfeiçoamentos na cadeia de leilões de energia nova, desde um portfólio abundante de usinas novas até mecanismos de atratividade econômica para os agentes.

Um aspecto que tem preocupado o setor elétrico de abrangência uniforme em todos os segmentos, desde a geração até a comercialização, é o elevado nível de carga tributária. A MP 252, "MP do Bem", promulgada na Lei n° 11.196, em 21/11/2005, trazia uma possibilidade de redução, em particular no regime PIS-COFINS, buscando a similaridade ao setor de telefonia. Entretanto, as medidas aprovadas para o setor elétrico foram tímidas, limitando-se a estabelecer a aplicação das alíquotas antigas aos contratos com preços pré-existentes (revogação da IN 468/04); adoção de depreciação acelerada para novos empreendimentos e descontos especiais para tarifas rurais nas atividades de irrigação e aqüicultura.

Destaque positivo é identificado no aumento da participação do mercado livre, Ambiente de Contratação Livre - ACL, dos Consumidores Livres. Em 2005, o número de agentes na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na classe Consumidores Livres subiu exponencialmente de 36 em 2004 para 500 em dezembro de 2005 sendo que o mercado livre participa em mais de 20% do mercado de energia elétrica. As novas regras de comercialização para a CCEE, para o Novo Modelo, discutidas em Audiência Pública da ANEEL, serão implementadas a partir de janeiro de 2006.

A crise de abastecimento para o subsistema Sul, entre abril e junho, advinda da baixa vazão hidráulica e da redução de lastro das ofertas da UTE Uruguaiana e da importação da Argentina devido à falta de gás natural naquele país, implicou em elevação no preço de curto prazo, atingindo valores acima de R$ 130,00 por MWh. Medidas contingenciais de operação, em especial o aumento do intercâmbio a valores acima de 4.000 MW médios entre o Sudeste e o Sul, possibilitaram a superação destes acontecimentos.

O Ministério de Minas e Energia - MME procurou reimplementar o planejamento de médio e longo prazo no setor, orientando e firmando diversos termos de referência com a EPE - Empresa de Pesquisa Energética, incluindo Avaliação Ambiental Integrada de Bacias, Matriz Energética, Planos de Expansão Decenal e de Longo Prazo. O primeiro documento de relevo, o Plano Decenal 2006-2015, deverá estar disponível em março de 2006.

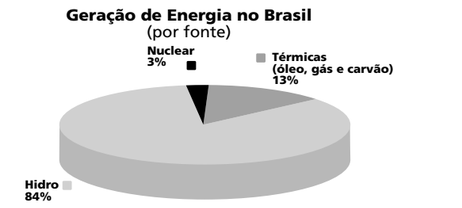
As projeções indicam atendimento energético adequado para 2006 e 2007 e, a partir de 2008, observa-se níveis de risco de déficit acima do padrão de 5% praticado pelo setor.

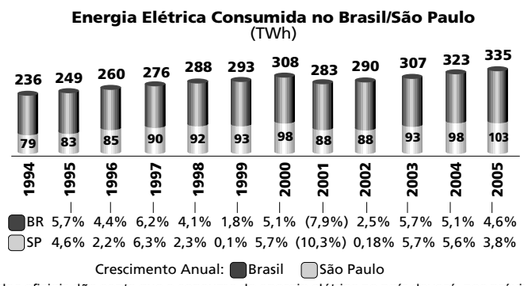
III. A CESP E SEU MERCADO EM 2005

No Brasil, a energia hidrelétrica representa 84% do total da energia gerada. Em 2005, o consumo de energia elétrica continuou sua trajetória de recuperação, após o racionamento de 2001 e 2002. O mercado de energia elétrica apresentou um crescimento equivalente ao consumo da cidade do Rio de Janeiro. Foram consumidos 335 TWh no país sendo 103 TWh no Estado de São Paulo, 31% do total, valores que representaram uma evolução de cerca de 4% e 5%, respectivamente. As taxas de crescimento no País foram inferiores às projetadas devido à forte influência da desaceleração da economia sobre o segmento industrial, especialmente, no quarto trimestre do ano. O crescimento por segmento verificado em relação a 2004 foi de 5,4% para o residencial, 7,2% para o comercial e de 2,4% para o industrial.

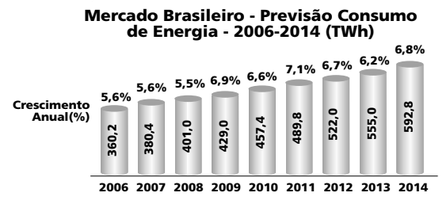
No tocante à expansão, no sistema de transmissão, considerando apenas a rede básica, em 2005 foram implantados 1.625 km de linhas de transmissão, totalizando 185.475 km de linhas e acrescentados 3.316 MVA de transformação, totalizando 272.983 MVA instalados.

No sistema de geração, a oferta adicional no ano foi de 2.284 MW de potência, totalizando 91.517 MW instalados no sistema.





Dados oficiais dão conta que o consumo de energia elétrica no país deverá, nos próximos 3 anos, manter os patamares de crescimento apresentados no ano findo. Conforme se pode constatar no gráfico seguinte, a partir de 2009, a razão do crescimento deverá ser acrescida de cerca de 1,5%.



PRODUÇÃO TOTAL DA CESP E PRODUÇÃO POR USINA

A CESP é a segunda maior geradora do Brasil tendo conseguido no ano seu recorde de produção desde a cisão parcial da Empresa em 1999. Foram produzidos, em 2005, 4.326 MW médios, quantidade que corresponde a 60% da energia elétrica produzida no Estado de São Paulo e a 10% de toda energia elétrica produzida no país. A potência instalada da CESP, desde 2003, é de 7.456 MW, a terceira do ranking nacional (Nota 14.3).

PRODUÇÃO DA CESP POR USINA (GWh)

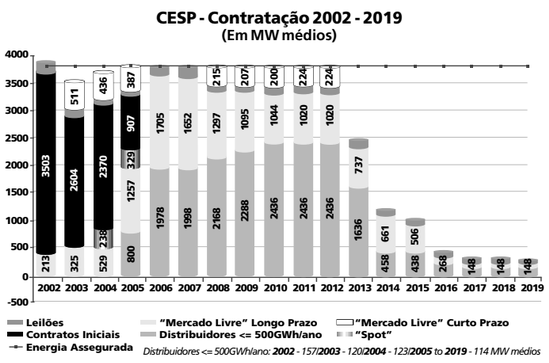
Usinas	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ilha Solteira	16.368,9	11.390,5	14.202,6	16.172,4	15.807,8	16.712,1
Três Irmãos	2.606,1	1.177,7	2.920,8	2.512,2	2.053,1	2.023,5
Jupiá	10.048,9	7.184,7	8.433,2	8.948,4	8.801,0	9.121,9
Engenheiro Sérgio Motta	3.029,1	6.174,1	8.585,4	9.057,1	9.445,4	9.670,9
Paraibuna	380,7	362,4	270,4	264,5	197,6	271,5
Jaguari	71,2	94,0	91,9	54,7	35,4	98,9
Total	**32.504,9**	**26.383,4**	**34.504,3**	**37.009,3**	**36.340,3**	**37.898,8**

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA/FATURAMENTO

Em 2005, a CESP vendeu 438 MW médios, a preços de R$ 83,50 a R$ 116,00/MWh, no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para os anos de 2008 a 2039. No Ambiente de Contratação Livre (ACL) a CESP firmou 31 novos contratos envolvendo a comercialização de 3.318,6 MW médios que representaram 87,51% da energia disponível para comercialização, liqüidou 437,57 MW médios (12,41%) no mercado "Spot" da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ao Preço de Liqüidação de Diferenças - PLD e forneceu 381,88 MW médios ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. A CESP negociou 191.003 MWh na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F, fato que a consolidou como a maior vendedora de energia naquela entidade.

O faturamento da CESP, em 2005, totalizou R$ 2,1 bilhões sendo R$ 1,88 bilhões em Contratos, R$ 0,20 bilhões em liquidação no mercado "Spot" da CCEE e R$ 0,02 bilhões em receita proveniente do MRE.

O gráfico seguinte ilustra a alocação da energia comercializada pela CESP.



- OPERAÇÃO SISTÊMICA

A Engenharia de Manutenção da CESP tem garantido o atendimento dos compromissos comerciais da empresa, conciliado às exigências regulatórias de disponibilidade (Resolução ANEEL nº 688) e Sistêmicos (necessidades de geração para atender a demanda sistêmica) dentro de princípios de economicidade.

A operação das usinas tem apresentado índices evolutivos de qualidade e segurança em 2005, resultado do investimento em capacitação e treinamento dos empregados, melhorias nas instalações e equipamentos certificação ISO 9001-2000 de vários processos operativos e melhoria dos recursos de supervisão do Centro de Controle da Produção - CCP.

A comprovação do desempenho satisfatório da manutenção é feita através de indicadores de disponibilidade (conceito de produtividade) e de taxa de falhas (conceito de confiabilidade), que sinalizam claramente a correta atuação, quando atingidas as metas estabelecidas para cada indicador.

Os índices operacionais de manutenção da CESP superaram as metas estabelecidas, que foram baseadas na avaliação do desempenho de cada usina, nas modernizações incorporadas e nas programações de manutenções periódicas previstas:
- Taxa de falha - 0,99 (Meta: 1,12 falhas por unidade ano);
- Disponibilidade de 93,46% (Meta: 91,84%).

Foi consolidada a implantação do Sistema de Supervisão da Produção - SSP, com recursos da Intranet e Internet, possibilitando o acompanhamento, em tempo real, da operação das usinas da Empresa.

- ARMAZENAMENTO NOS RESERVATÓRIOS

A CESP iniciou o ano de 2005 com seus reservatórios em 56% de armazenamento e encerrou com 66%. Pela sua condição de importante manancial de água potável que abastece parte de São Paulo, Sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro, merece destaque a recuperação do reservatório de Paraibuna que se encontrava bastante deplecionado (de 45% para 75%).

- CONTROLE DE CHEIAS

O controle de cheias nas bacias hidrográficas onde estão localizados os reservatórios das usinas da CESP foi aprimorado mediante maior divulgação à população envolvida, via "site" da empresa e divulgação na imprensa regional. Na cheia ocorrida em 2005, a maior dos últimos 7 anos na bacia do Rio Paraná, observou-se uma vazão natural média diária afluente à usina Porto Primavera chegando a atingir 25.000 metros cúbicos por segundo enquanto a maior defluência praticada na usina foi da ordem de 17.000 metros cúbicos por segundo.

Ações operativas da CESP coordenadas com o ONS amorteceram o pico da cheia através da utilização de volumes de espera deixados estrategicamente em várias usinas nos rios Grande, Parnaiba, Tietê e Paraná, de modo que a maior vazão diária descarregada em Porto Primavera foi da ordem de 17.000 metros cúbicos por segundo, representando uma contenção de vazão da ordem de 8.000 metros cúbicos por segundo. Essas ações operativas, aliadas aos esforços das equipes, nos contatos com as populações ribeirinhas, com as autoridades e defesa civil das cidades atingidas pelas inundações, minimizaram prejuízos e impediram conseqüências mais severas das cheias à jusante da usina.

IV - SISTEMA ELÉTRICO DA CESP

MELHORIAS NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTO DAS USINAS

Foram executados programas de manutenção preventiva, corretiva e contratual nas seguintes unidades de produção:

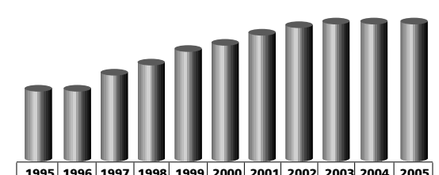
- Ilha Solteira - Unidades geradoras: nºs 1, 2, 8 e 15;
- Três Irmãos - Unidades geradoras: nºs 2, 3 e 5;
- Jupiá - Unidades Geradoras: nºs 6 e 7 - iniciada a reforma geral e atualização tecnológica dos 2 (dois) grupos geradores auxiliares; executada a recuperação da impermeabilização de 25.000 m² do piso 297,20 da subestação de 440 kV e cobertura da casa de máquinas;
- Porto Primavera - Unidade Geradora nº 14 - implantado sistema automático de tratamento da água do sistema de resfriamento para controle do mexilhão dourado, reduzindo as paradas para limpeza dos equipamentos; instalação do sistema de ventilação e do ar condicionado; montagem da 2ª máquina limpa-grades à montante da Casa de Força e construção de salas e oficinas no Edifício de Comando, na cota 240,0 m;
- Ainda em Porto Primavera, foi dada continuidade à desmobilização do empreiteiro de Obras Civis, com desmontagem dos armazéns e reafeiçoamento das áreas do canteiro industrial da Usina e das áreas de empréstimo da Barragem da Margem Esquerda, com término previsto para 2006 e transferência dos materiais e equipamentos do almoxarifado central para o almoxarifado definitivo da Usina com posterior desmontagem dos galpões provisórios.

TRANSFERÊNCIA DE ATIVO DA CESP PARA A CTEEP

A partir da indicação dos estudos de planejamento para o suprimento para o Mato Grosso do Sul a partir da interligação com a UHE Porto Primavera, elaborados entre 2002 e 2003, seguida da aprovação e licitação do sistema de interligação pela ANEEL em 30/09/2004, a Linha de Transmissão - LT Porto Primavera - Taquaruçu passará da condição atual de conexão exclusiva da CESP para ativo da Rede Básica, ensejando a necessidade de pertencer a uma empresa concessionária de transmissão.

A ANEEL determinou, por meio da Resolução Autorizativa nº 376, de 19 de dezembro 2005, a transferência do referido ativo da CESP para CTEEP pelo valor de R$ 86.072.468,69 a preços de outubro de 2005. A CTEEP deverá ressarcir este valor à CESP em até um mês após o início da operação da interligação, prevista para janeiro de 2007, recebendo como parcelas de receita anual permitida por este ativo os valores de R$ 14.683.115,22 nos primeiros 15 anos e R$ 7.341.557,61 nos 15 anos finais.

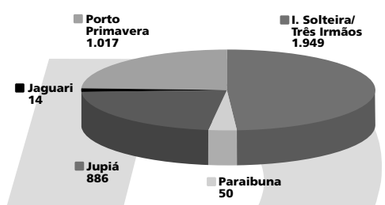
Considerando suas especificidades e o princípio de manter o menor custo global entre as alternativas de expansão da rede básica a Subestação SF6 blindada da UHE Porto Primavera, cujos equipamentos desempenham a função de transmissão para o Sistema Interligado, como os 2 barramentos de 440 kV e os 4 bays de saída das LT's para Taquaruçu e Mato Grosso do Sul, tais equipamentos permanecem como ativos da CESP, devendo ser remunerados pelo serviço prestado à Rede Básica, objeto este a ser regulamentado posteriormente.



	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Potência instalada (MW)	5.092	5.092	5.595	5.754	6.218	6.722	7.126	7.346	7.456	7.456	7.456

ENERGIA ASSEGURADA DA CESP - 2005

Abaixo, ilustramos a energia assegurada da CESP por usina que totaliza 3.916 MW médios.



ESTUDOS E PROJETOS

Foram desenvolvidos diversos projetos para obras e atividades diversas, com destaque para:
- UHE Eng. Sérgio Motta (Porto Primavera): Edifício de Comando da Usina - Paisagismo interno, Projeto de área para gerência da usina, Projeto de relocação de salas e oficinas da cota 240,00 m; Reservatório - Tratamento de encostas, Lagoa Preta, Bataiporã, MS; Área de Lazer em Santa Rita do Pardo, MS; Matadouros de Anaurilândia e Santa Rita do Pardo, MS; Centro Comunitário e Igreja do Porto João André, Brasilândia, MS;
- UHE Ilha Solteira: Edifício de Recepção - Projeto de fundação, estruturas e instalações elétricas e hidráulicas;
- Edifícios Sede I e Sede II
  As obras de reforma e reconstrução dos edifícios sinistrados em 1987, iniciadas em março de 2001, tiveram continuidade encontrando-se na seguinte situação:
  - estruturas de concreto - concluídas;
  - estruturas metálicas de cobertura dos edifícios e do heliponto - interrompidas em função de embargo judicial;
  - pele-de-vidro - em andamento;
  - alvenarias internas - em andamento;
  - instalações prediais - em andamento.

Os edifícios estão sendo construídos seguindo um padrão de acabamento superior e contarão com moderna tecnologia de instalações, como piso elevado, sistema de climatização tipo "forro gelado", sistema de automação, além de acabamentos de primeira linha, como pisos em granito, fachada em "pele-de-vidro" etc.

PROJETOS DE EXPANSÃO PARA OS ANOS SEGUINTES

A CESP, como segunda empresa brasileira em geração de energia elétrica, detentora de um parque hidroelétrico estrategicamente posicionado próximo ao centro de consumo, possui praticamente toda sua energia disponível alocada em contratos de venda de longo prazo.

Com a conclusão da motorização da 14ª máquina da UHE Porto Primavera, em novembro de 2003, encerrou-se o ciclo de obras de geração tradicional da Companhia, baseado no antigo modelo de monopólio estatal.

O Novo Modelo do setor, estabelecido por meio da Lei 10.848 e Decreto 5.163 de 2004, definiu que as novas usinas, hidroelétricas ou termoelétricas serão concedidas através de um processo de leilão pelo menor preço, recebendo como sustentação econômica contratos de longo prazo com as distribuidoras. Portanto, diferentemente do modelo anterior (RE-SEB: Restruturação do Setor Elétrico Brasileiro), os agentes de geração recebem a concessão vinculada aos recebíveis da venda da energia correspondente.

A CESP não planeja investir em novos empreendimentos para expansão na oferta de energia elétrica e direcionará seus recursos para o pagamento de dívidas, manutenção e modernização de seu atual parque gerador.

Por oportuno, vale ressaltar a possibilidade ratificada pela Resolução Normativa da Aneel nº 210/2006, na qual a CESP, como geradora, pode comercializar, além da energia própria, energia proveniente de contratos com terceiros, ampliando o rol de possibilidade de negócios da empresa.

V - ATIVIDADES SÓCIO-COMUNITÁRIAS E AMBIENTAIS

MEIO AMBIENTE

A CESP realiza programas permanentes destinados a minimizar os reflexos da alteração ambiental para as populações sob influência dos seus empreendimentos, bem como para a preservação e reparação do meio-ambiente.

Os programas referem-se a monitoramento de encostas marginais, nível do lençol freático, sedimentos, fauna relocada, avifauna, sítios arqueológicos, qualidade da água, áreas de reprodução da ictiofauna, produção pesqueira, equipamentos para transposição de peixes, infestação de macrófitas, vetores hospedeiros intermediários de doenças, atividades do setor de areia e cascalho e oleiro-cerâmicas, suas unidades industriais e uso dos estoques de argila.

Outros programas exigem a execução de obras de natureza mitigatória e compensatória, tais como pontes, estradas, travessias, reassentamentos populacionais, relocação de estruturas e áreas de lazer, incubadoras industriais, matadouros, escolas e centros de convivência comunitários.

Com essas finalidades, a Companhia realizou as seguintes obras no decorrer de 2005:

- REFLORESTAMENTO CILIAR DE RESERVATÓRIOS

O reflorestamento ciliar de reservatórios recompõe a vegetação nativa em áreas degradadas, reconstitui ambientes importantes à preservação da fauna aquática e terrestre, melhora a qualidade da água pela redução do aporte de sedimentos ao corpo hídrico e colabora para o aumento da vida útil do reservatório.

- RESERVATÓRIO DE PORTO PRIMAVERA

Foram reflorestados 20,0 hectares nos municípios de Anaurilândia e Bataguassu, MS, 85,0 hectares no município de Brasilândia, MS e 130 hectares no município de Presidente Epitácio, SP e realizada manutenção em 220,0 hectares nos municípios de Presidente Epitácio e Caiuá, SP e 695,0 hectares nos municípios de Anaurilândia, Bataguassu e Três Lagoas, MS.

- RESERVATÓRIO DE TRÊS IRMÃOS

Foram reflorestados 180,0 hectares no município de Santo Antonio do Aracanguá - SP, realizada manutenção de 340,0 hectares em Araçatuba e Santo Antonio do Aracanguá, SP, e de 330 hectares nos municípios de Pereira Barreto e Sud Menucci, SP.

- MANEJO PESQUEIRO

O manejo pesqueiro (conservação da Ictiofauna) possibilita a conservação das espécies de peixes impactadas com a formação do reservatório e na manutenção da atividade pesqueira dos reservatórios da Companhia, com vista à preservação dessa importante atividade econômica e turística. Desta feita, a CESP realizou diversas ações nos reservatórios de Jupiá, Três Irmãos, Ilha Solteira, e Porto Primavera visando o repovoamento de peixes. A quantidade de alevinos lançada nos reservatórios alcançou 1.975.500 das 8 principais espécies nativas de peixes como piapara, piracanjuba, curimbatá, dourado, jurupoca, cascudo, pacu-guaçu e pintado.

continua →

continuação

Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2005

MONITORAMENTO E CONTROLE DO MEXILHÃO DOURADO
O monitoramento e controle do mexilhão dourado, organismo incrustante de tubulações e ambientes de alta vazão d'água, especificamente de unidades geradoras, tem como objetivo reduzir e eliminar o nível de infestação desse organismo, com aplicação de técnicas e produtos que diminuam o número de manutenções, limpeza e paradas de máquinas, possibilitando a otimização na produção e geração de energia elétrica.

OCUPAÇÃO DE BORDAS
Com o intuito de aperfeiçoar a administração e fiscalização da ocupação das bordas dos reservatórios da Companhia foi executada a revisão do caderno de normas internas para uso e ocupação de bordas; criação do grupo de trabalho - força tarefa para regularização de ocupações existentes em áreas da Companhia; implantação de procedimentos para celebração de contrato de direito de uso de áreas marginais e reservatórios.

CRÉDITO DE CARBONO
Após muitas rodadas de negociações iniciadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992 (RIO/92), o Protocolo de Kyoto no Japão, de dezembro de 1997, determinou que os países industrializados reduziriam suas emissões combinadas de gases de efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990.

O Protocolo estabeleceu, ainda, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL e a comercialização de Reduções Certificadas de Emissões - RCEs que permitem a participação de países em desenvolvimento como beneficiários de créditos comercializáveis de carbono - Créditos de Carbono.

O Brasil caracteriza-se como potencial possuidor de saldos de carbono, pela concepção de sua matriz de energias limpas, condição que abre possibilidades de comercialização das RCEs.

Neste contexto, a CESP pode ter algumas das suas atividades total ou parcialmente implementadas pelo MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e comercialização de RCEs, razão pela qual tem realizado análises internas no sentido de obter subsídios para a tomada de decisão sobre a participação da Companhia no mercado de Crédito de Carbono mediante a implantação de projetos que poderão ser desenvolvidos nos empreendimentos já instalados ou novos empreendimentos próprios ou em conjunto com empresas e entidades nacionais e internacionais nas categorias Melhoria de Processo e Energia Eficiente, Substituição de Combustíveis, Energia Renovável e Implantação de Florestas.

IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
A implantação de unidades de conservação refere-se à aquisição de terras destinadas à constituição de áreas preservadas e de recomposição de ambientes impactados pela formação do reservatório, tendo em vista a preservação da diversidade biológica regional.

- Foram repassados recursos previstos ao Instituto de Meio Ambiente - Pantanal no ano de 2005, referentes à manutenção e administração do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema/MS;
- Todas as áreas que constituem o Parque Estadual do Aguapeí foram entregues ao Estado de São Paulo. Foi assinado Termo de Compromisso de Compensação Ambiental com o Instituto Florestal para administração da área e repassados os recursos previstos;
- Foram encerradas, em 2005, as obras civis necessárias à implantação do Parque Estadual do Aguapeí, com conclusão da construção de 80.000 metros de cerca;
- Decreto da utilização pública para fins de desapropriação do Parque Estadual do Rio do Peixe foi publicado em fevereiro de 2005;
- Foi elaborado o roteiro do plano de manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Cisalpina, realizado nos dias 08 e 09/11/2005, no Viveiro de Mudas em Três Lagoas, MS, reunião técnica envolvendo técnicos da CESP e professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS Associação de Ensino e Cultura de MS, para início da elaboração do plano;
- A CESP participou, com apoio técnico, do I Seminário Cisalpina, nos dias 28 e 29/10/2005, na Câmara Municipal de Brasilândia, MS, em parceria com o Instituto Cisalpina além de várias ações no âmbito da fiscalização e proteção do complexo, resultando na retirada de invasores (pecuaristas, agricultores, pescadores e caçadores).

SÓCIO-COMUNITÁRIAS
- Em 2005, foram executados o cadastramento de aproximadamente 89.261,35 ha de áreas referentes à implantação de Parques Estaduais decorrentes da implantação da UHE Sérgio Motta (Porto Primavera); 4.066,84 ha de áreas de fazendas adquiridas e doadas às Prefeituras de Anaurilândia, Brasilândia e Santa Rita do Pardo, MS, para a implantação de reassentamentos por aquelas municipalidades e; no município de Brasilândia, 1.909,91 ha de área para relocação da aldeia indígena Afoye-Xavantes;.
- Iniciou-se o processo de regularização dos reassentamentos populacionais de responsabilidade da CESP, em atendimento à Lei de Georreferenciamento de Áreas Rurais no país. Área total já cadastrada: 16.884,26 ha;
- Término do Posto Fiscal em Bataguassu, MS;
- Matadouros de Anaurilândia, MS e de Santa Rita do Pardo, MS;
- Conclusão da estrada entre Anaurilândia, MS e Bataguassu, MS (MS-395), na ligação com a BR-265;
- Conclusão da estrada entre Santa Rita do Pardo, MS e Bataguassu, MS (MS-338), com aproximadamente 65 km de extensão;
- Iniciadas as obras da igreja e do centro comunitário no reassentamento populacional Porto João André, Brasilândia, MS;
- Iniciada a 2ª etapa do Anel Viário, com extensão de 1.600 m, em Presidente Epitácio, SP, envolvendo, além da pavimentação asfáltica, a execução de complexo sistema de drenagem para captar águas pluviais de aproximadamente metade da área urbana.
- Continuidade dos serviços de construção da superestrutura da ponte sobre o rio Paraná interligando Paulicéia, SP e Brasilândia, MS, com extensão de 1.700 m, trecho estaiado de 400 m e com vão de navegação de 200 m (obra realizada mediante Convênio de Apoio Financeiro, celebrado em 31/12/2000 entre o Ministério dos Transportes e o Governo do Estado de São Paulo). A CESP já executou as obras de infra-estrutura de meso-estrutura e os aterros da ponte tendo construído 42% da superestrutura com recursos do Governo Federal e Estadual.

AÇÕES SOCIAIS
- A CESP desenvolve ações sociais por meio de afiliação ou colaboração junto às seguintes entidades: Instituto Criança Cidadã (ICC), como principal mantenedora; Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo (FPHESP), como uma das empresas instituidoras da entidade; Coep - Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida; Fundação Abrinq; Associação Paulista Viva; Instituto Solidariedade; Instituto Educacional Amélia Rodrigues; Associação Viva e Deixe Viver; Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia e Fundação Dorita Nowill, entre outras;
- Com o objetivo de atender escolas, comunidades acadêmicas e a sociedade em geral, a CESP mantém Programa Monitorado de Visitas às suas instalações, compreendendo usinas, reservatórios e instalações destinadas à preservação do Meio Ambiente e Ações Sociais. Em 2005 foi alcançado um novo recorde de visitas, tendo sido atendido o expressivo número de 70.591 pessoas, entre estudantes, técnicos, estrangeiros e público em geral que visitaram as instalações da Companhia;
- Em 2005 foi criado o jornal CESP-EMAE, que começou a circular em 02 de março, com o objetivo de promover maior integração da administração compartilhada nas equipes das duas empresas.

PROTEÇÃO À INFÂNCIA
Em 2005, a CESP deu continuidade a sua participação como a maior mantenedora dos projetos desenvolvidos pelo Instituto Criança Cidadã - ICC, entidade educacional que desenvolve trabalhos sócio-educativos e culturais com as comunidades carentes das regiões sul, leste e oeste da capital e do município de Guarulhos.

O ICC tem como missão perpetuar os projetos criados pela CESP em 1987. São cerca de 360 empregados entre educadores, enfermeiros, nutricionistas, pedagogos, técnicos administrativos e ajudantes que desenvolvem os projetos como Creche Pré-Escola, Complementação Escolar e Centro de Iniciação ao Trabalho que atendem e beneficiam de forma direta e gratuita a, aproximadamente, 5.500 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, que diariamente participam de atividades voltadas à educação básica, à formação profissional e inserção no mercado de trabalho e à vivência em múltiplas linguagens culturais como as artes plásticas e circenses, a música e a dança, o esporte e a capoeira e o teatro, dentre outras.

Reconhecido como de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal e certificado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS como Entidade Beneficente de Assistência Social, o ICC tem no importante apoio e compromisso social da CESP, todas as condições para realização de seu trabalho e de manutenção de suas 13 Unidades Educacionais.

A CESP, por este investimento social, é Certificada pela Fundação Abrinq como "Empresa Amiga da Criança" e premiada com o "Top Social da ADVB" - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil.

VI - GESTÃO PELA QUALIDADE

A CESP, visando obter a excelência na geração de energia elétrica, se compromete por meio da Política da Qualidade, a estimular a capacitação, participação e aprendizagem dos empregados, melhorar continuamente a eficácia dos sistemas de gestão e atender os requisitos dos clientes visando a sua satisfação.

Seguindo a tendência das empresas em adotar uma gestão com instrumentos de controles internos e transparência nas relações em seu entorno - com clientes, fornecedores, acionistas, funcionários e comunidade, a CESP deu continuidade aos trabalhos de aprimoramento dos instrumentos através da:

- obtenção da certificação dos 5 (cinco) processos com o Sistema da Qualidade - ISO 9001:2000;
- integração da ISO com o sistema BSC - Balanced Scorecard o que possibilitou o relacionamento das diretrizes da Política da Qualidade e os Objetivos Estratégicos das áreas envolvidas nos processos; o uso do sistema BSC foi bastante otimizado sendo que, periodicamente, é feita a análise estratégica dos resultados alcançados e das iniciativas estratégicas propostas, com um monitoramento e uma avaliação das metas e padrões;
- revisão das Normas e Procedimentos instaurada como um processo contínuo;
- iniciou-se um processo para a revisão da Estrutura Organizacional, quanto às responsabilidades e atribuições, das Políticas Administrativas, bem como a elaboração do Código de Ética da Empresa;
- foi implantado um Sistema de Ouvidoria com a missão de defender os interesses do cidadão dentro da Empresa, para receber as manifestações dos usuários ou clientes (reclamações, sugestões, pedidos de orientação, elogios) de forma a provocar ações de transformação interna e aumentar a qualidade dos serviços.

PRÊMIO CESP DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NA MANUTENÇÃO
A empresa incentiva os empregados a divulgar as melhorias implantadas através da criatividade, na busca incessante da produtividade e da qualidade, que resultam em ganhos significativos para a empresa.

Nesse sentido, vem realizando há três anos, anualmente, concursos internos para apresentação das melhorias introduzidas nas áreas, com números de trabalhos sempre crescentes, ano após ano.

Em 2005 foi realizada a terceira edição, com 140 trabalhos apresentados e 238 participantes.

CERTIFICAÇÃO ISO
Como produto dos seus programas de melhorias, a CESP tem buscado manter a certificação ISO na empresa, obtendo visibilidade dentro do cenário internacional, com ganhos de transparência em seus processos e dentro de conceitos universais, associados à norma.

Dentro desse enfoque, a CESP obteve a atualização de suas certificações pela nova versão ISO 9001-2000 para os seguintes processos operativos:

- Geração de Energia Elétrica em 14,4 kV da usina Ilha Solteira;
- Geração de Energia Elétrica em 13,8 kV da usina Jupiá;
- Avaliação da Segurança de Barragens - Segurança de Barragens;
- Controle da Produção de Energia Elétrica da CESP - Centro de Controle de Produção;
- Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Empregados da CESP - Área de Capacitação e Desenvolvimento.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D
A formalização do Contrato de Concessão com a ANEEL em 12/11/2004 possibilitou à CESP o investimento de 1% da Receita Operacional Líquida - ROL em P&D, de acordo com a Lei 9.991/2000.

Para o 1º ciclo da empresa de 2005/2006 serão destinados ao programa R$ 21,0 milhões sendo R$ 8,4 milhões para o desenvolvimento de projetos sob gestão direta da CESP. A verba restante será subdividida em R$ 8,4 milhões e R$ 4,2 milhões para pagamento de cotas ao FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e à EPE - Empresa de Pesquisa Energética, respectivamente. A CESP submeteu à aprovação da ANEEL 33 Projetos de P&D.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Em 2005, na busca de inovações tecnológicas para otimização de custos, a CESP adquiriu uma ferramenta para publicação da Intranet e uma ferramenta para integração dos Sistemas Corporativos com o ambiente cliente - servidor. Essa ferramenta de publicação da Intranet propiciará um ambiente de colaboração e comunicação das equipes e garantirão um ponto único e homogêneo de acesso à informação, integrando ainda os grupos de usuários com diferentes interesses. A ferramenta de integração dos Sistemas Corporativos propiciará a implementação de aplicativos no ambiente cliente-servidor e nas páginas web, permitiu uma significativa redução de custos anuais com processamento de dados antes da migração dos sistemas corporativos da plataforma Mainframe para o ambiente Unix.

Também em 2005, foi feita a reformulação gráfica do Website, em conformidade com os atuais padrões de navegação otimizada e multidirecional, bem como a implantação do aplicativo "TeleCheia" que permite aos órgãos municipais e estaduais, as entidades e ao cidadão comum verificarem a operação hidráulica da empresa, as previsões e as conseqüências dos índices fluviométricos. Foram implantados também aplicativos para aquisição de dados dos Postos não Telemétricos para Análise Diária da Produção, Sistema de Faturamento e Sistema de Controle dos Ativos Imóveis.

Destaca-se em 2005 a utilização do ambiente corporativo da rede de computadores CESP que propiciou a execução da primeira eleição eletrônica do Representante dos empregados no Conselho de Administração da CESP e no Comitê Gestor de Investimentos da Fundação CESP.

PRÊMIOS RECEBIDOS EM 2005
A CESP foi homenageada pela Fundação Abrinq por ser uma das empresas que participa do programa Empresa Amiga da Criança desde o início, em 1995.

Pela terceira vez consecutiva, a Companhia recebeu o prêmio Investidor Social, concedido pelo Instituto Educacional Amélia Rodrigues.

VII - INVESTIMENTOS EM RECURSOS HUMANOS

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
A CESP atende às diversas necessidades de treinamento e desenvolvimento tendo proporcionado ações de Treinamento e Desenvolvimento para 2.941 participações, em 2005.

PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS
O Programa de Concessão de Bolsa de Estudos, criado em 4 de novembro de 1998, tem como objetivo facilitar, por meio de subsídio, a formação escolar dos empregados que freqüentam cursos pagos (de 1º, 2º e 3º graus), aprovados pelo Ministério da Educação, que comprovam aprovação no ano letivo. Em 2005 foram concedidas 53 bolsas de estudos.

ESTÁGIO CURRICULAR REMUNERADO
O Programa Estágio Curricular Remunerado é destinado a estudantes de nível universitário e de nível técnico, visando proporcionar-lhes a oportunidade para complementarem sua formação escolar.

Os estudantes contam com bolsa de complementação, auxílio alimentação e assistência médico-hospitalar/laboratorial. No ano de 2005 foram preenchidas 47 vagas.

APRENDIZES
Procurando cumprir seu papel social, que extrapola a geração de energia e atendendo à Lei do Aprendiz, a CESP contrata aprendizes oriundos de famílias carentes, por meio de contrato com o CAMP - Centro de Aprendizagem do Menor Patrulheiro e do NURAP - Núcleo Rotary de Aprendizagem Profissional, visando proporcionar-lhes a oportunidade de obterem o melhor aproveitamento do programa educativo ministrado pelas entidades, pela prestação de serviços que os prepara para o mercado de trabalho. Ao longo de sua permanência na CESP, por meio de um conjunto de ações que convergem para a integração de aprendizes, supervisores, CAMP e NURAP e área de recursos humanos, todos passam por processo educativo que abrange sua profissionalização e socialização para o ambiente do trabalho. Em 2005 foram preenchidas 64 vagas.

SAÚDE
O compromisso com a promoção da saúde e da segurança do conjunto de seus colaboradores é um valor institucional presente desde a criação da CESP, que se consolidou ao longo de sua história. Este compromisso vem sendo comprovado pelas excelentes taxas de segurança obtidas nas suas Unidades de Produção.

Desde 2002, a CESP procede, anualmente, à vacinação antigripal dos empregados, como ação de medicina preventiva e preservando a saúde do corpo funcional. Adquiriu, em 2005, um desfribrilador cardíaco e promoveu o treinamento necessário para sua utilização.

A área de Saúde Ocupacional realiza o treinamento de Primeiros Socorros para as brigadas de emergência das Unidades de Produção.

Em 2005 foi realizada a campanha de prevenção e combate à hipertensão através da medição da pressão arterial dos empregados, com distribuição de prospectivos explicativos diversos, orientação sobre obesidade, estresse, diabetes, tabagismo e conservação auditiva. Além disso foi estabelecido o Informe Saúde Ocupacional, mais um canal direto de comunicação com os empregados.

ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
O serviço de Acompanhamento Psicossocial atende problemáticas relacionadas a conflitos grupais ou de ordem comportamental de empregados. Orienta os gestores na conduta adequada ao gerenciamento do problema específico. Faz os encaminhamentos necessários dos empregados, tais como psicológico, psiquiátrico, clínicas de tratamento para dependência química, etc.

SEGURANÇA DO TRABALHO
Com foco na prevenção de acidentes e visando o bem-estar dos colaboradores e prestadores de serviços, a equipe de Segurança do Trabalho desenvolveu atividades rotineiras de inspeções nas instalações da CESP com elaboração de relatório técnico. Destacando-se as seguintes atividades:

- Controle mais efetivo das prestadoras de serviço;
- Controle de Estatística de Acidentes CESP e Empreiteiras atualizadas e disponíveis para estudos de melhorias;
- Elaboração de avaliações ambientais nas diversas unidades da CESP, com destaque para o início de avaliação para identificação de vibrações nas usinas e avaliação de ruído do novo sistema implantado na Usina de Porto Primavera, que foi também proposto para as outras usinas da empresa devido ao sucesso na diminuição no nível, em decibéis;
- Elaboração e acompanhamento do PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (atualização em todas as unidades);
- Realização de Laudos de Insalubridade e Periculosidade;
- Realização de Treinamentos (CIPA, Brigada de Incêndio, Máscara Autônoma, Procedimentos de Segurança). Em especial o Curso de CIPA que pela primeira vez foi realizado de forma unificada entre as unidades da empresa e com inovações no método de treinamento;
- Ainda no ano de 2005, foi iniciada a implantação da Norma NR-10 do Ministério do Trabalho - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, editada em 08/12/2004, que trouxe inovações na gestão da segurança com a elaboração do manual de acompanhamento das novas medidas de segurança e cronograma e realização de palestras de esclarecimento dos fiscais do trabalho referente ao tema;
- Realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - SIPAT na Capital e unidades do Interior, com apresentação de várias palestras e atividades focadas para a prevenção. Em 2005, foram atingidos recordes na Unidade de Produção de Jupiá, que completou 4 anos sem acidentes com afastamento de empregados e na Unidade de Produção de Ilha Solteira e Três Irmãos que completou 3 anos, também sem acidentes com afastamento de empregados.

VIII - BALANÇO SOCIAL

	2005	2004
1. Bases de Cálculo	**R$ Mil**	**R$ Mil**
Receita Bruta (RB)	2.102.979	2.130.272
Resultado do Serviço (RS)	592.852	994.188
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	139.981	128.256

	2005			2004		
		% SOBRE			% SOBRE	
2. Indicadores Laboriais	**R$ Mil**	**FPB**	**RS**	**R$ Mil**	**FPB**	**RS**
Encargos Sociais Compulsórios	30.280	21,6	5,1	28.704	22,4	2,9
Entidade de Previdência a Empregados	6.663	4,8	1,1	6.053	4,7	0,6
Alimentação	5.122	3,7	0,9	4.674	3,6	0,5
Saúde	6.101	4,4	1,0	6.422	5,0	0,6
Educação e Treinamento	546	0,4	0,1	339	0,3	0,0
Outros Benefícios	470	0,3	0,1	433	0,3	0,0
Total	**49.182**	**35,2**	**8,3**	**46.625**	**36,3**	**4,6**
3. Indicadores Sociais		% SOBRE			% SOBRE	
	R$ Mil	**RB**	**RS**	**R$ Mil**	**RB**	**RS**
Contribuições p/ a Sociedade/ Investimentos em Cidadania	2.612	0,1	0,4	4.350	0,2	0,4
Investimentos em Meio Ambiente	8.686	0,4	1,5	5.737	0,3	0,6
Tributos e Contribuições (ICMS/COFINS/PIS)	255.062	12,1	–	159.817	7,5	–
Total	**266.360**			**169.904**		

4. Indicadores do Corpo Funcional	**2005**	**2004**
Número de Empregados	1.284	1.330
Escolaridade		
Superior	427	433
Técnico	557	597
Nível Médio e Fundamental	300	300
	1.284	**1.330**
Número de Participações de Empregados em Treinamentos	2.941	2.140
Gerentes de Departamentos e Divisões	51	48
Gerentes de Departamentos e Divisões - Mulheres	8	8

IX - MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia fechou o ano com uma dívida financeira de R$ 10,3 bilhões, valor 7,2% menor do que os R$ 11,1 bilhões registrados ao final de 2004.

Objetivando equacionar a sua dívida financeira, a CESP realizou diversas operações no mercado financeiro nacional sendo que merecem destaque as seguintes:

(a) Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, celebrado em 16/04/2004, no valor de R$ 1,2 bilhão que envolveu a renegociação de quatro parcelas, no montante aproximado de R$ 530 milhões, celebrado em 15/07/2005;

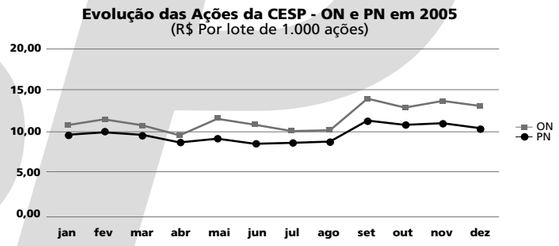
(b) Lançamento, em 05/10/2005, da segunda emissão de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC II, no montante de R$ 682,5 milhões (R$ 650 milhões em Quotas Seniores e R$ 32,5 milhões em Quotas Subordinadas), ao amparo das Instruções CVM nºs 356/2001 e 400/2003. O Fundo do tipo fechado tem 5 anos de prazo, com amortização inicial em novembro de 2005 e vencimento final em outubro de 2010.

Constituído mediante cessão de direitos creditórios de 57 Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's, envolvendo 29 empresas, o fundo teve o processo de construção de preço "book building" na subscrição dos títulos pelos investidores qualificados que resultou em uma remuneração final de CDI + 1,65% a.a. tendo sido conduzido por um "pool" de instituições financeiras formados pelos bancos ABC Brasil, Bradesco e Itaú BBA (Coordenador Líder).

(c) Aumento de Capital no valor de R$ 120 milhões encerrado em 26/12/2005. Do lote de 13.114.754.100 ações ordinárias disponibilizadas para subscrição, a Fazenda do Estado de São Paulo, acionista controlador, subscreveu 9.247.425.629 ações, equivalentes a R$ 84,6 milhões, enquanto que o restante do mercado subscreveu 3.867.328.471 ações, equivalentes a R$ 35,4 milhões. O novo Capital Social integralizado da Companhia passou a ser de R$ 2.775.433.454,45, equivalentes a 106.813.015.890 ações, compostas por 61.656.405.660 ações ONs e 45.156.610.230 ações PNs.

(d) Adicionalmente, a empresa realizou outras operações de captação de menor porte no mercado financeiro que envolveram diversas instituições e totalizaram R$ 1.012.927.300,00, que somados às três operações destacadas anteriormente, alcançam o volume total, no ano, de R$ 2.982.927.300,00.

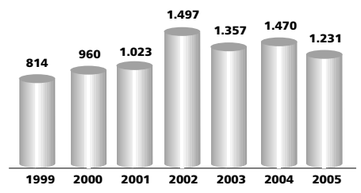
Evolução das Ações da CESP - ON e PN em 2005
(R$ Por lote de 1.000 ações)



MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ON	9,68	10,04	9,60	8,81	9,24	8,61	8,70	8,88	11,36	10,88	11,04	10,45
PN	10,77	11,55	10,78	9,59	11,60	10,89	10,13	10,18	14,01	12,94	13,73	13,14

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL DA BOVESPA - ISE
A exemplo do que já ocorre com o IBOVESPA, as ações da CESP também passaram a integrar, juntamente com outras 27 empresas selecionadas, o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, lançado pela BOVESPA em dezembro de 2005. Esse indicador foi criado para se tornar marca de referência e medir o retorno de ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social, sustentabilidade empresarial e indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Geração Interna de Recursos
(R$ Milhões)



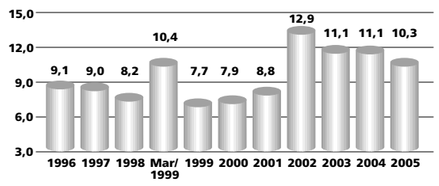
X - DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As receitas operacionais totais atingiram em 2005 R$ 2.103 milhões (redução de 1,2% em relação a 2004), resultado obtido com o aumento substancial no volume de fornecimento de energia a consumidores livres, pelo suprimento de energia a distribuidoras contratadas através do Leilão de Energia, suprimento às distribuidoras através dos contratos iniciais (25% de contratação em 2005) e efeito dos reajustes tarifários homologados pela ANEEL, além da venda de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 25.3).

O Custo do serviço de energia elétrica apresentado na Demonstração do Resultado, segmentado nos itens Custo com energia elétrica, Custo de operação e Despesas operacionais, teve um aumento de 35,1%, principalmente nos itens Encargo de Uso da Rede Elétrica/Sistema de Transmissão e Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos que tem suas tarifas determinadas pela ANEEL, e alguma elevação em itens regulados ou não gerenciáveis, em contraposição à redução ou manutenção de algumas despesas praticamente em linha com 2004.

Em decorrência dos aspectos operacionais, o Resultado do Serviço foi de R$ 593 milhões e a Geração Interna de Recursos atingiu R$ 1.231 milhões.

Dívida Financeira
(R$ Bilhões)



O resultado financeiro (negativo) merece destaque face ao endividamento em moeda estrangeira, item que representa 45% dos empréstimos e financiamentos da CESP, e, que em 2005 foi beneficiado pela valorização do real frente ao dólar norte-americano da ordem de 11,82%, proporcionando a reversão de R$ 776 milhões em variações cambiais (positivas), em contraposição a apropriação de despesas de encargos sobre dívidas no total de R$ 688 milhões (moeda nacional e estrangeira), além de despesas de variações monetárias, da ordem de R$ 636 milhões.

Decorrente dos eventos comentados, após a apropriação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (sobre variações cambiais positivas, não realizadas), a Companhia encerrou o exercício com prejuízo líquido de R$ 196 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e com o previsto no Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003, de 20 de março de 2003, a CESP esclarece que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no exercício de 2005, prestou a esta Companhia exclusivamente serviços de auditoria independente.

A Administração

continua

continuação

Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

ATIVO	2005	2004
CIRCULANTE		
Disponibilidades	25.530	213.000
Aplicações financeiras	22.295	10.292
Consumidores	65.692	50.704
Revendedores	169.385	212.445
Valores a receber - RTE/energia livre	240.949	154.669
Valores a receber	25.922	21.056
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.608)	(24.832)
Tributos e contribuições compensáveis	4.924	5.395
Cauções e depósitos vinculados	33.291	53.304
Almoxarifado	15.517	13.864
Despesas pagas antecipadamente	22.456	109.759
Outros créditos	35.983	37.702
	636.336	857.358
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Valores a receber - RTE/energia livre	99.701	304.953
Valores a receber	45.799	52.068
Tributos e contribuições compensáveis	220	1.483
Cauções e depósitos vinculados	61.706	22.512
Imposto de renda e contribuição social diferidos	776.420	776.420
Despesas pagas antecipadamente	–	25.596
Outros créditos	20.029	19.259
	1.003.875	1.202.291
PERMANENTE		
Investimentos	134.020	47.880
Imobilizado	17.700.143	17.797.013
	17.834.163	17.844.893
TOTAL	19.474.374	19.904.542

PASSIVO	2005	2004
CIRCULANTE		
Fornecedores	88.414	40.708
Supridores de energia elétrica	30.767	13.630
Folha de pagamento	1.242	1.065
Obrigações estimadas - folha de pagamento	12.534	11.729
Tributos e contribuições sociais	44.676	54.664
Tributos e contribuições sociais - REFIS	26.085	26.604
Encargos de dívidas	113.907	129.282
Empréstimos e financiamentos	1.775.647	2.052.154
Valores a pagar - energia	22.301	22.385
Valores a pagar	110.727	77.764
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	341.291	90.065
Entidade de previdência a empregados	44.129	129
Taxas regulamentares	49.518	47.335
Provisão para contingências	131.494	207.369
Outros	54.615	35.832
	2.847.347	2.810.715
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e financiamentos	5.997.494	7.454.209
Valores a pagar - energia	–	7.295
Valores a pagar	282.097	373.752
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	1.052.031	360.260
Entidade de previdência a empregados	558.615	611.546
Imposto de renda e contribuição social diferidos	701.731	598.765
Tributos e contribuições sociais	765	6.089
Tributos e contribuições sociais - REFIS	199.007	208.748
Taxas regulamentares	16.224	7.993
Provisão para contingências	593.083	309.101
Outros	145.672	–
	9.546.719	9.937.758
Outras obrigações	15.481	15.481
	9.562.200	9.953.239
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	2.775.433	2.655.433
Reservas de capital	5.542.119	5.542.119
Prejuízos acumulados	(1.252.725)	(1.056.964)
	7.064.827	7.140.588
TOTAL	19.474.374	19.904.542

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Valores em milhares de reais, exceto lucro ou prejuízo por lote de mil ações)

	2005	2004
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia	500.228	306.434
Recomposição tarifária extraordinária	(10.784)	(10.166)
Suprimento de energia	957.055	1.687.834
Energia de leilão	430.258	–
Energia de curto prazo - CCEE	225.526	145.674
Outras receitas	696	496
	2.102.979	2.130.272
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.	(44.518)	(53.830)
Encargos de capacidade emergencial/aquisição de energia.	–	(6.079)
ICMS s/ fornecimento de energia.	(75.002)	(49.234)
COFINS s/ receitas operacionais.	(147.486)	(84.128)
PIS s/ receitas operacionais.	(32.015)	(19.915)
Ativo regulatório - COFINS/PIS.	35.915	–
	(263.106)	(213.186)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.839.873	1.917.086
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Custo com Energia Elétrica		
Energia comprada para revenda - Itaipu	–	(38.453)
Energia de curto prazo - CCEE	(59.939)	(51.810)
Encargos de uso da rede elétrica/serviços do sistema	(216.689)	(48.248)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(134.739)	(108.421)
	(411.367)	(246.932)
Custo com Operação		
Pessoal	(37.075)	(32.614)
Administradores	(1.415)	(1.330)
Entidade de previdência a empregados - contribuição ao Plano	(6.663)	(6.053)
Material	(4.146)	(4.281)
Matéria-prima e insumos p/ produção de energia elétrica - CCC	(13.467)	(17.447)
Serviços de terceiros	(14.764)	(12.359)
Depreciação	(473.266)	(469.802)
Provisões operacionais	(36.871)	(10.775)
Outras despesas	(4.372)	(9.582)
	(592.039)	(564.243)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	836.467	1.105.911
Despesas Operacionais (Nota 26)		
Despesas gerais e administrativas	(119.801)	(110.561)
Outras despesas operacionais	(123.814)	(1.162)
	(243.615)	(111.723)
RESULTADO DO SERVIÇO	592.852	994.188
Entidade de Previdência a Empregados		
Juros e variações monetárias - contrato Fundação CESP (Nota 20)	(127.514)	(117.894)
Superávit técnico atuarial	97.568	96.302
	(29.946)	(21.592)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		
Receitas	120.283	121.296
Despesas		
Encargos de dívidas	(687.689)	(738.898)
Outras	(164.638)	(132.041)
Variações monetárias líquidas	(635.819)	(485.828)
Variações cambiais líquidas	775.891	458.613
	(712.255)	(898.154)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(29.066)	195.738
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.	(63.729)	(56.377)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(92.795)	139.361
Imposto de renda diferido	(75.710)	(77.428)
Contribuição social diferida	(27.256)	(27.874)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(195.761)	34.059
Lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações do capital social no final do exercício - R$	(1,83)	0,36

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Valores em milhares de reais)

	2005	2004
ORIGENS		
Das operações		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(195.761)	34.059
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação	478.941	475.633
Depreciação - não operacional	1.554	1.554
Variações monetárias e cambiais de itens de longo prazo	(282.604)	(301.201)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	6.140	4.671
Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo)	102.966	105.302
Provisão p/ contingências - COFINS	27.914	24.614
Provisão p/ realização de créditos	122.559	–
Taxas regulamentares - RGR	16.224	7.993
Outras	305	156
	278.238	352.781
De terceiros		
Subscrição e integralização de capital	120.000	–
Superávit técnico atuarial - Fundação CESP	97.568	96.302
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	2.893.288	2.755.612
Transferência do passivo circulante para o exigível a longo prazo	142.002	117.029
Transferência do ativo realizável a longo prazo para o circulante	180.870	144.204
	3.433.728	3.113.147
Total das origens	3.711.966	3.465.928
APLICAÇÕES		
Aquisição de investimentos	84.626	–
Aquisições de ativo imobilizado	240.089	234.440
Aumento do realizável a longo prazo	–	1.771
Transferência de empréstimos de longo prazo para o passivo circulante	3.509.615	2.998.417
Transferência de outros exigíveis a longo prazo para o circulante	100.012	32.401
Cauções e depósitos vinculados	33.657	22.512
Outras	1.621	–
Total das aplicações	3.969.620	3.289.541
(AUMENTO) REDUÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DO CAPITAL DE GIRO	(257.654)	176.387
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante		
No início do exercício	857.358	456.162
No fim do exercício	636.336	857.358
Aumento (redução) do ativo circulante	(221.022)	401.196
Passivo circulante		
No início do exercício	2.810.715	2.585.906
No fim do exercício	2.847.347	2.810.715
Aumento do passivo circulante	36.632	224.809
(AUMENTO) REDUÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DO CAPITAL DE GIRO	(257.654)	176.387

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL				PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	REMUN. BENS, DIREITOS E IMOB. EM CURSO	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES P/ INVESTIMENTOS	INCENTIVOS FISCAIS - FINAM/FINOR		
Saldos em 31 de dezembro de 2003	**2.655.433**	**10.373**	**4.972.047**	**458.502**	**101.197**	**(1.091.023)**	**7.106.529**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	34.059	34.059
Saldos em 31 de dezembro de 2004	**2.655.433**	**10.373**	**4.972.047**	**458.502**	**101.197**	**(1.056.964)**	**7.140.588**
Subscrição e integralização de capital	120.000	–	–	–	–	–	120.000
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(195.761)	(195.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	**2.775.433**	**10.373**	**4.972.047**	**458.502**	**101.197**	**(1.252.725)**	**7.064.827**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
(Dados relacionados a potência e energia não foram auditados pelos auditores independentes)

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas principalmente na Bolsa de Valores de São Paulo. A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica.

A partir de 09 de setembro de 2005, a CESP passou a deter 46,17% das ações ordinárias (equivalentes a 18,3948% do capital social total) da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., empresa em que o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém o controle, com 51,44% das ações ordinárias.

A CESP possui um parque gerador instalado de **7.456 MW** (Nota 14.3), totalmente de origem hidráulica, correspondente a 52% da potência instalada no Estado de São Paulo, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupiá, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna. A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), com obras praticamente concluídas, tem capacidade de projeto para até 1.980 MW de potência instalada. A Administração considera que as 14 unidades geradoras instaladas de 1999 a 2003, totalizando 1.540 MW de capacidade total, são suficientes para o atual contexto econômico e regulatório, e permitem atingir a energia assegurada da usina em adequadas condições de segurança e confiabilidade.

A CESP também mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como eclusagem no âmbito da Hidrovia Tietê-Paraná, florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

Como concessionária de serviço público de energia elétrica, a CESP tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, estando autorizada a comercializar 3.916 MW médios durante o ano, o que equivale a aproximadamente 34.000 GWh, ou seja, cerca de 10% da energia assegurada do país.

Obedecendo ao despacho centralizado do ONS e considerando as necessidades do Sistema Interligado Nacional, a produção da CESP em 2005 alcançou 37.899 GWh (36.340 GWh em 2004).

Da receita operacional da Companhia em 2005, 66% (79% em 2004) foram provenientes de suprimento de energia elétrica junto às Distribuidoras (contratos iniciais, agentes comercializadores e clientes contratados em leilões de energia) e 24% (14% em 2004) no segmento fornecimento de energia (consumidores finais livres), além de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo MAE) (Nota 25.3).

Uma parcela considerável dos contratos fechados em 2004 iniciou seu fornecimento a partir de 2005, o que diminuiu a parcela "descontratada" oferecida no Leilão de Energia Existente.

Leilão de Energia Existente
Em 07 de dezembro de 2004 foi realizado o 1º Leilão de Energia Existente. A CESP vendeu 1.998 MW médios, representando 11,75% (*) do montante total de energia negociado no leilão. O referido leilão resultou em três agrupamentos de contratos, conforme segue:

1º LEILÃO - EMPREENDIM. EXISTENTES	Período de Fornecimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)	(%) do preço CESP acima da média ponderada dos participantes
Produto 1 - 2005	2005 a 2012	800,0	62,10	57,51	8,0%
Produto 2 - 2006	2006 a 2013	1.178,0	68,37	67,33	1,5%
Produto 3 - 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	75,46	3,0%
Média dos produtos			65,95	62,66	5,3%

Em 02 de abril de 2005 foi realizado o 2º Leilão de Energia Existente, o qual resultou no seguinte agrupamento de contratos:

2º LEILÃO - EMPREENDIM. EXISTENTES	Período de Fornecimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)	(%) do preço CESP acima da média ponderada dos participantes
Produto 1 - 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	83,13	0,45%

4º LEILÃO - EMPREENDIM. EXISTENTES	Período de Fornecimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)	(%) do preço CESP acima da média ponderada dos participantes
Produto 1 - 2009	2009 a 2016	120,0	93,40	94,91	-1,59%

1º LEILÃO - NOVOS EMPREENDIM.	Período de Fornecimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)	(%) do preço CESP acima da média ponderada dos participantes
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	114,83	1,02%

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

continua

continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. OBRIGAÇÕES LÍQUIDAS

Conforme os valores expressos no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2005, o Passivo Circulante excede o Ativo Circulante em R$ 2.211 milhões.

A Companhia vem, nos últimos anos, reduzindo seu endividamento financeiro mediante substituição de dívida em moeda estrangeira por moeda local - participação reduzida de 84% para 45% entre 1º de abril de 1999 (cisão parcial) e 31 de dezembro de 2005 - com conseqüente diminuição de sua exposição à variação cambial e o alongamento do perfil da dívida.

Há ainda concentração de vencimentos de dívidas nos próximos anos, em volume que requererá a captação de novos recursos e/ou renegociações, junto ao Governo Federal e credores privados.

Para tanto, a Companhia vem buscando alternativas a fim de honrar seus compromissos de curto prazo através de novas captações, como o lançamento em 05 de outubro de 2005 do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - "FIDC - II", no montante de R$ 650 milhões, além de operações de curto prazo em moeda nacional.

Adicionalmente, em 03 de março de 2006, a Companhia concluiu o lançamento de Notas de Médio Prazo no montante de US$ 300 milhões, com juros semestrais de 10% a.a. e vencimento único em 2011. Estes recursos destinam-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.

Para este ano de 2006 está previsto o aporte do produto da alienação do controle acionário da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, pelo atual controlador o Governo do Estado de São Paulo (Nota 32.1).

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica aplicável às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica, emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e com as instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
Em conformidade com as instruções contidas no Ofício Circular nº 2.218/2005-SFF/ANEEL, de 23 de dezembro de 2005 e Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2006, de 22 de fevereiro de 2006, estão sendo apresentadas algumas informações requeridas ou adicionais em notas explicativas e quadros suplementares.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Aplicações Financeiras
As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Consumidores e Revendedores
As contas a receber incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PDD
Constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores e outros créditos.

d. Almoxarifado
Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

e. Investimentos
As participações societárias em outras empresas, além de outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

f. Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais fixadas pelo Poder Concedente, determinadas pela Resolução ANEEL nº 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nos itens 4 e 11 da Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado até 31 de dezembro de 1998 para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os Custos Indiretos de Obras em Andamento são apropriados mensalmente às imobilizações em curso, mediante rateio, limitados a 10% dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, atribuíveis às obras em curso.

A Companhia revisa a realização dos ativos de longo prazo a serem utilizadas no negócio, para fins de cálculo e determinação do grau de deterioração, em base recorrente, ou quando situações ou mudanças nas condições indicarem que o valor contábil de um bem ou grupo de bens não poderá ser recuperado. A deterioração é avaliada com base na projeção dos encargos de depreciação a serem recuperados por meio dos resultados das operações. A baixa do valor contábil dos bens ou grupo de bens é realizada quando apropriado.

g. Empréstimos, Financiamentos e Outras Obrigações
Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

Outras obrigações estão atualizadas com base nos indexadores aplicáveis, incluindo juros e demais encargos previstos legal ou contratualmente.

h. Outros Direitos e Obrigações
Os demais Ativos e Passivos Circulantes e de Longo Prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social
O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

j. Provisões para Contingências
Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.

k. Planos de Benefícios pós Aposentadoria
A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM nº 371/2000.

l. Apuração do Resultado
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

m. Estimativas
A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

n. Lucro/Prejuízo Líquido por Ação
Determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

5. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

O Setor Elétrico Brasileiro foi submetido, de junho de 2001 a fevereiro de 2002, ao Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, em vista da escassez na produção de energia elétrica, primordialmente de origem hidráulica.

Em dezembro de 2001, foi implementado o Acordo Geral do Setor Elétrico (o "Acordo") entre Geradoras, Distribuidoras e o Governo Federal, atuando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES como agente financiador. O Acordo assumido foi operacionalizado pela ANEEL, que estabeleceu, em Resoluções, os procedimentos contábeis necessários para refletir os efeitos decorrentes de diversas outras decisões do Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

5.1. Energia Livre

No período do racionamento, implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, entre elas a região Sudeste onde se encontra a CESP, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não comprometida em Contratos).

A remuneração desses Geradores Livres foi baseada nos preços praticados pelo Mercado Atacadista de Energia - MAE e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à Energia Assegurada de cada um, sendo que à época a CESP respondia por cerca de 12% da Energia Assegurada do país.

Estes créditos (ativo) estão sendo recuperados através da "Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE" das distribuidoras, com prazo médio de 55 meses (contados desde dezembro de 2001), em parcelas mensais. Com estes recursos, a CESP amortiza parcelas dos contratos firmados com o BNDES (Nota 18).

Em dezembro de 2005, a Companhia atualizou a RTE conforme orientação do Ofício Circular ANEEL n° 2.212, de 20 de dezembro de 2005, complementado pelo Ofício Circular ANEEL n° 74, de 23 de janeiro de 2006, os quais definiram que sobre o montante financiado pelo BNDES, que corresponde a 70,24% dos valores homologados pela ANEEL, deve incidir a Selic pela taxa simples capitalizada mensalmente, mais 1% a.a., e sobre os 29,76% não financiados, incide apenas a remuneração pela taxa Selic divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Composição dos saldos atualizados até 31 de dezembro de 2005:

Distribuidoras	Saldos	Distribuidoras	Saldos	Distribuidoras	Saldos	Distribuidoras	Saldos
AMPLA	16.194	CELPE	14.449	COELBA	19.662	ESCELSA	12.305
BANDEIRANTE	16.574	CELTINS	83	COELCE	12.007	JAGUARI	104
BRAGANTINA	86	CEMAR	838	COSERN	6.446	LIGHT	45.949
CAIUA	1.933	CEMAT	1.251	CPFL	33.529	PIRATININGA	13.288
CATAGUAZES	124	CEMIG	64.409	CSPE	581	SAELPA	4.489
CEAL	1.998	CENF	217	ELEKTRO	10.128	SANTA CRUZ	778
CEB	6.549	CEPISA	4.164	ELETRONORTE	34.301	VALE	89
CELB	1.151	CESP - D	2.340	ELETROPAULO	52.030		
CELG	7.739	CHESF	5.771	ENERGIPE	2.518		
CELPA	5.539	CNEE	336	ENERSUL	4.749	**TOTAL**	**404.698**

5.2 Energia de Curto Prazo
Representa as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo MAE), entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

Durante o exercício, a Companhia registrou (apropriou) o montante de R$ 225.526 referente a energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE e despesas de energia no valor de R$ 59.939, decorrente da aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país (Notas 25.3 e 25.4).

5.3 Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE
O Acordo de Reembolso prevê que os consumidores gerarão recursos adicionais que as Distribuidoras repassarão às Geradoras para que cumpram seus compromissos com o BNDES. Considerando que a CESP também atende diretamente a consumidores industriais, estes já se encontram onerados em suas tarifas por conta da Recomposição Tarifária Extraordinária. Assim, na parcela que atua como Distribuidora, a CESP recebeu o mesmo tratamento e foi abrangida pelo Acordo de Reembolso.

A ANEEL, mediante Resolução Homologatória nº 01/2004, estabeleceu que os recursos oriundos da Recomposição Tarifária Extraordinária dos clientes da CESP, à época, vigorarão por prazo máximo de até 55 meses a partir de dezembro de 2001, de modo que a parcela de R$ 26.914 foi contabilizada como Receita (R$ 22.362 em 2001, R$ 1.323 em 2002 e R$ 3.229 em 2003), em contrapartida a contas do Ativo "Valores a Receber - Energia". À medida que ingressam os recursos, os mesmos são transferidos aos Geradores, de modo que a mesma parcela foi registrada como Despesa, em contrapartida a contas do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo a título de "Valores a Pagar - Energia", pelos mesmos valores do Ativo; estes saldos estão sendo atualizados pela SELIC.

5.4. Os saldos dessas operações são:

ATIVO	**2005**	**2004**
Valores a Receber - RTE/Energia Livre		
Circulante		
Energia Livre	218.393	127.737
Energia de Curto Prazo - CCEE/MAE	16.508	21.224
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	6.048	5.708
	240.949	154.669
Realizável a longo prazo		
Energia Livre	186.305	294.129
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	5.484	10.824
Provisão p/ realização de créditos (a)	(92.088)	–
	99.701	304.953
	340.650	459.622
PASSIVO	**2005**	**2004**
Valores a Pagar - Energia		
Circulante		
Energia de Curto Prazo MAE	–	7.213
Acordo de Reembolso	22.301	15.172
	22.301	22.385
Exigível a longo prazo		
Acordo de Reembolso	–	7.295
	22.301	29.680

(a) A CESP, com base em projeções internas, constituiu provisão para realização desses créditos, em contrapartida do resultado "Outras Despesas Operacionais" (Nota 26). No entanto, a Companhia buscará seus direitos legais para o efetivo recebimento desses créditos, baseada na legislação que estabeleceu o Acordo Geral do Setor Elétrico.

6. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Tipo de Aplicação	2005	2004
Numerário Disponível			
Depósitos bancários à vista		25.530	76.996
Depósitos bancários em moeda estrangeira		–	136.004
		25.530	213.000
Aplicações Financeiras			
Banco Nossa Caixa S.A.	CDB / CDI	21.962	1.073
Banco Bradesco S.A.	CDB / CDI	327	8.519
Banco ABN AMRO Real S.A.	CDB / CDI	6	700
		22.295	10.292
		47.825	223.292

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	2005			2004
	Vincendos	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Total
Consumidores				
Industrial	35.197	–	35.197	30.614
Comercial	195	–	195	186
Serviços públicos	11.250	19.050	30.300	19.904
	46.642	19.050	65.692	50.704
Revendedores				
Contratos Iniciais				
Eletropaulo	29.799	–	29.799	77.845
Bandeirante	7.973	–	7.973	21.244
CPFL	27.881	–	27.881	35.569
Elektro	14.346	–	14.346	37.924
Piratininga	8.521	–	8.521	21.345
Outros	10.112	–	10.112	11.712
	98.632	–	98.632	205.639
Agentes Comercializadores.	21.886	–	21.886	6.806
Leilão de Energia.	48.867	–	48.867	–
	70.753	–	70.753	6.806
	169.385	–	169.385	212.445
Total.	216.027	19.050	235.077	263.149

A Companhia mantém registrada Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R$ 19.050 em 2005 e 2004, para cobrir prováveis riscos na realização de saldos de consumidores, além de R$ 6.558 (R$ 5.782 em 2004) relacionados a outras contas a receber de entidades governamentais, que não são consumidores ou revendedores de energia.

8. VALORES A RECEBER

		2005			2004
Devedor	**Objeto**	**Circulante**	**Longo Prazo**	**Total**	**Total**
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA	- Créditos Consolidados	–	–	–	9.199
	- Contrato Financeiro	3.023	–	3.023	2.653
		3.023	–	3.023	11.852
EMURB	- Processo 413/90	22.899	45.799	68.698	61.272
		25.922	45.799	71.721	73.124

8.1. Contrato Financeiro
Saldo de contrato celebrado em 06 de agosto de 1999, de responsabilidade do Estado, cujos montantes são repassados mensalmente à Fundação CESP, amortizado em 48 parcelas mensais, corrigido pela variação do IGP-M, acrescida de juros de 6% a.a.

8.2. EMURB - Processo 413/90
Refere-se a saldo de acordo firmado em 10 de janeiro de 2003, com a Empresa Metropolitana de Urbanização - EMURB, para recebimento em 8 parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA e juros de 6% a.a., decorrente de ação de indenização por desapropriação.

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	2005	2004
Circulante		
Imposto de renda s/ aplicações (a)	1.045	514
Contribuição social s/ lucro líquido (b)	371	90
ICMS s/ aquisições do imobilizado (c)	2.100	4.545
Outros créditos tributários	1.408	246
	4.924	5.395
Longo Prazo		
ICMS s/ aquisições do imobilizado (c)	220	1.483
	5.144	6.878

(a) Créditos de imposto de renda decorrentes de retenções sobre rendimentos de aplicações financeiras, atualizados pela SELIC.
(b) Refere-se a saldo remanescente de contribuição social sobre o lucro líquido, decorrente de recolhimento por estimativa em 2002, atualizado pela SELIC.
(c) Refere-se a créditos de ICMS sobre aquisições de materiais e equipamentos aplicados no ativo permanente da Companhia, que vêm sendo compensados com recolhimentos mensais à razão de 1/48, a partir de 1º de janeiro de 2001, conforme Lei Estadual nº 10.699, de 19 de dezembro de 2000.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia, com base em análises relativas às projeções operacionais plurianuais, reconheceu contabilmente nos exercícios de 2000 e 2001, créditos tributários relativos ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, bem como sobre as diferenças intertemporais, conforme Deliberação CVM nº 273/98.

O registro do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos está suportado em projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente, visando determinar a recuperabilidade dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais. Essas projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia colocada à disposição do mercado, reajustes tarifários futuros sobre energia suprida às distribuidoras, bem como a quantidade de energia vendida nos leilões realizados em 2004 e 2005, com início de atendimento/faturamento de 2005 a 2016 (Nota 1), em contraposição à manutenção ou redução do nível de despesas operacionais e financeiras com conseqüente obtenção de resultados positivos.

A Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, estabeleceu diretrizes quanto ao reconhecimento contábil de créditos adivindos de prejuízos fiscais e despesas temporariamente indedutíveis. Tendo em vista as disposições dessa Instrução, a Companhia deixou de constituir qualquer ativo relacionado aos referidos créditos fiscais gerados a partir de 2002, pelas incertezas quanto à realização desses novos créditos.

Composição dos saldos:	ATIVO		PASSIVO	
	2005	2004	2005	2004
Imposto de Renda				
Prejuízos Fiscais	1.607.517	1.510.695	–	–
Diferenças Intertemporais	158.160	111.553	–	–
Variações Cambiais líquidas s/empréstimos e financiamentos	–	–	515.979	440.268
	1.765.677	1.622.248	515.979	440.268
Contribuição Social				
Base Negativa	540.003	507.130	–	–
Diferenças Intertemporais	30.116	23.347	–	–
Variações Cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos	–	–	185.752	158.497
	570.119	530.477	185.752	158.497
Provisão sobre Créditos Tributários	(1.559.376)	(1.376.305)	–	–
	776.420	776.420	701.731	598.765

A Companhia optou pela utilização do regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas nos exercícios de 2003, 2004 e 2005. Como conseqüência, foram registrados imposto de renda diferido e contribuição social diferida às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais não realizadas sobre empréstimos e financiamentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 a estrutura patrimonial e financeira da Companhia foi beneficiada pela apreciação de cerca de 11,8% da moeda nacional frente ao dólar norte-americano - moeda à qual está atrelada a maior parte de seu endividamento em moeda estrangeira - e pela valorização do real frente ao euro, da ordem de 23,5%.

Os créditos registrados deverão ser realizados em período de até 10 anos como demonstrado a seguir:

Exercício	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**Total**
Parcela Estimada de Realização	15.638	48.167	41.109	52.238	80.089	91.202	116.022	143.843	188.112	776.420

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado do exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis estão respaldadas em projeções de lucros tributáveis da Companhia, aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode diferir significativamente do projetado.

continua

continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Referem-se a valores caucionados e/ou depositados para garantia em processos judiciais.

	2005	2004
Circulante		
Depósitos Judiciais		
Ações cíveis (a)	13.558	12.173
Ações trabalhistas (a)	15.138	11.964
Ações tributárias (a)	4.450	4.263
	33.146	28.400
Cauções		
Crédito vinculado - BNDES (b)	145	24.904
	33.291	53.304
Longo Prazo		
Caução em quotas subordinadas - FIDC (c)	61.706	22.512
	94.997	75.816

(a) Referem-se a diversos depósitos para garantia em ações judiciais (Nota 22).

(b) Crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, vinculado à amortização de parcelas do contrato BNDES Lei nº 8.727/93, objeto da negociação concluída em 16 de abril de 2004 (Nota 17.3 (7)).

(c) Refere-se a créditos caucionados equivalentes a 75 e 100 quotas pertencentes à CESP, vinculadas aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC I e II (Nota 19), respectivamente, que só poderão ser resgatadas no vencimento das últimas parcelas, concomitantemente à liquidação dos fundos, em dezembro de 2009 e outubro de 2010.

12. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2005	2004
Circulante		
Juros s/ empréstimos e financiamentos (a)	–	106.166
Imposto de renda s/ remessa ao exterior	–	3.593
Ativo regulatório - COFINS/PIS (c)	22.456	–
	22.456	109.759
Longo Prazo		
Parcela A (b)	30.471	25.596
Provisão p/ realização de créditos (Nota 26)	(30.471)	–
	22.456	135.355

(a) Referia-se a saldo de juros sobre empréstimos junto a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, liquidados antecipadamente em 16 de abril de 2004 (Nota 17.3(7)), que foram transferidos mensalmente para resultado até 30 de junho de 2005.

(b) Saldo de variações de valores de itens da Parcela "A", referentes a custos não gerenciáveis incorridos durante o ano de 2001, com clientes atendidos diretamente pela CESP, calculados na forma da Portaria Interministerial nº 25/2002 e Resoluções ANEEL nº 72/2002 e 90/2002. Estes valores estão sendo compensados através da Recomposição Tarifária Extraordinária prevista na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. A Administração optou por constituir provisão para realização desse crédito, enquanto não houver uma definição da ANEEL quanto à forma de realização deste crédito.

(c) Refere-se a diferenças de reajustes tarifários dos Contratos Iniciais com as distribuidoras clientes da CESP, decorrente da majoração das alíquotas de PIS e COFINS, a partir de dezembro de 2002 e fevereiro de 2004, respectivamente, reconhecido pela ANEEL para repasse em 12 parcelas mensais.

13. INVESTIMENTOS

	2005	2004
Investimentos avaliados ao custo		
Participações em Empresas		
EMAE.	36.770	377
CTEEP	48.233	–
	85.003	377
Outros Investimentos		
Recursos aplicados em projetos - FINAM	41.438	39.815
Outros investimentos	7.579	7.688
	49.017	47.503
	134.020	47.880

Em 09 de setembro de 2005, a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, acionista controlador da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. e CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, transferiu à CESP 6.764.470.012 ações ordinárias da EMAE (participação de 46,17%, equivalente a 18,3948% do capital total) e 1.290.014.822 ações preferenciais da CTEEP, como parte do aporte de capital compromissado em contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Adicionalmente em 26 de dezembro de 2005, foram transferidas à CESP 1.125.874.016 ações preferenciais da CTEEP, aumentando a participação na investida para 1,62% do capital total, correspondente a 2.415.888.838 ações preferenciais.

14. ATIVO IMOBILIZADO

	2005			2004	
	Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Taxas Anuais Médias de Depreciação (%)
Em Serviço					
Geração	21.675.166	(4.711.597)	16.963.569	17.092.826	2,18
Administração	190.194	(107.052)	83.142	87.849	3,88
	21.865.360	(4.818.649)	17.046.711	17.180.675	
Em Curso					
Geração	592.217	–	592.217	562.853	
Administração	61.215	–	61.215	53.485	
	653.432	–	653.432	616.338	
	22.518.792	(4.818.649)	17.700.143	17.797.013	

Conforme Resolução nº 044, de 17 de março de 1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2% a 7,1% para os bens vinculados à geração e de 2% a 5,9% para o bens de transmissão; 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos.

Adicionalmente, apresenta-se o imobilizado em serviço segregado por tipo de bens, com os comentários contidos nas Notas 14.1 a 14.5:

	2005				2004
	Custo Original Corrigido	Remuneração e Encargos Financeiros Durante a Construção	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço					
Intangíveis	137	7	(67)	77	74
Terrenos	659.053	81.551	–	740.604	722.279
Reservatórios, Barragens e Adutoras	8.384.322	5.743.553	(2.871.253)	11.256.622	11.308.534
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1.863.277	992.821	(1.026.441)	1.829.657	1.916.143
Máquinas e Equipamentos	3.122.309	993.792	(902.660)	3.213.441	3.228.993
Veículos	9.553	–	(9.502)	51	69
Móveis e Utensílios	14.985	–	(8.726)	6.259	4.583
	14.053.636	7.811.724	(4.818.649)	17.046.711	17.180.675

14.1. Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (Nota 4(f)) e Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram capitalizados encargos incidentes sobre as imobilizações em curso até o exercício de 2003.

14.2. Imobilizado em Curso

A CESP está com as obras da Usina e Eclusa Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) praticamente concluídas, tendo a última unidade geradora do atual programa de expansão, a 14ª, sido colocada em operação em outubro de 2003. Conforme descrito na Nota 1, a usina tem capacidade de projeto, para até 1.980 MW de potência instalada. Entretanto, a Administração considera que as 14 unidades geradoras já instaladas, totalizando 1.540 MW de potência instalada, são suficientes para o atual contexto econômico e regulatório, e permitem atingir a energia assegurada da usina em adequadas condições de segurança e confiabilidade. A Usina de Porto Primavera responde atualmente, por cerca de 21% da potência total da CESP, e por 25% da energia assegurada da Companhia.

O imobilizado em curso inclui, principalmente, saldos de obras em andamento e gastos com obras do reservatório, saldos de máquinas e equipamentos das usinas, que são transferidos temporariamente do imobilizado em serviço enquanto encontram-se em manutenção, valores de medições de adiantamentos a fornecedores de materiais e empreiteiros de obras, materiais de reposição em estoque e compras em andamento.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R$ 124.169, efetuados em garantia de ações cíveis, ambientais ou de desapropriações, envolvendo principalmente, a Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e outras demandas de usinas da CESP.

Determinadas propriedades necessárias à implementação dos projetos da Companhia, especificamente aquelas destinadas à construção de reservatórios ou outros empreendimentos ligados às suas atividades, foram desapropriadas de acordo com legislação específica, em alguns casos encontram-se em negociações com seus proprietários. Nos casos em que há dificuldade de se chegar a estimativas precisas de valor, seja pelo tempo necessário à obtenção das sentenças judiciais ou pela imprevisibilidade dos resultados das negociações, a Companhia registra o custo das desapropriações como parte do ativo imobilizado somente ao final do seu processo, por ocasião da sentença definitiva.

14.3. Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por Decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupados em um Contrato de Concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Bacia	Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW	Energia Assegurada MW Médio (1)	Entrada em Operação (2)	Prazo de Concessão
Paraná	Ilha Solteira **(3)**	20	3.444	1.949	18.07.73	07.07.15
	Jupiá	14	1.551	886	14.04.69	07.07.15
	Três Irmãos **(4)**	5	808	–	28.11.93	18.11.11
	Engenheiro Sérgio Motta **(5)**	14	1.540	1.017	23.01.99	21.05.08 **(5)**
Paraíba	Jaguari	2	28	14	05.05.72	20.05.20
	Paraibuna	2	85	50	20.04.78	09.03.21
			7.456	3.916		

(1) É a energia disponível nas usinas de um sistema interligado, considerando-se o risco pré-fixado de 5% para seu atendimento.

(2) Primeiro Grupo Gerador.

(3) A energia assegurada de Três Irmãos está incluída na de Ilha Solteira.

(4) Localiza-se no rio Tietê, mas em termos operativos integra o complexo de Urubupungá, na bacia do rio Paraná.

(5) Cumprindo o prazo previsto na subcláusula primeira da Cláusula Segunda do Contrato de Concessão, a CESP já requereu a prorrogação, por até 20 anos, do prazo de concessão da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

14.4. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

14.5. Capacidade de Recuperação Através de Operações Futuras

Os bens que compõem o ativo imobilizado da CESP foram registrados em estrita consonância com as práticas contábeis adotadas no país e com as normas específicas para o setor elétrico emanadas da ANEEL. A legislação brasileira, em particular os Decretos nº 24.643, de 10 de julho de 1934 e nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, ambos em vigor e sob o amparo dos quais foram outorgadas as concessões das usinas da CESP, assegura a recuperação integral do investimento realizado em bens e instalações do serviço durante a concessão, pelos valores consignados nas demonstrações financeiras. Havendo resíduo de investimentos a recuperar ao final da concessão, este será indenizado ao concessionário pela reversão dos bens e instalações existentes, mediante recursos da Reserva Global de Reversão, nos termos dos artigos 33, 91 e demais artigos correlatos do Decreto nº 41.019.

A Companhia realizou estudos internos que demonstram a capacidade de recuperação do custo contábil do ativo imobilizado, no conjunto de suas usinas, através das operações futuras do seu parque gerador.

15. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2005	2004
Circulante		
COFINS s/ receitas	8.124	14.455
PIS s/ receitas	1.768	3.160
ICMS s/ fornecimento de energia	13.240	10.113
Parcelamento de ICMS	2.685	19.846
Imposto de renda - diferido (à alíquota de 6%)	2.638	2.638
Imposto de renda s/ remessa ao exterior	12.479	638
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa	2.701	2.360
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços	1.041	1.454
	44.676	54.664
Longo Prazo		
Parcelamento de ICMS	–	2.685
Imposto de renda - diferido (à alíquota de 6%)	765	3.404
	765	6.089
	45.441	60.753

16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

A Companhia aderiu ao programa em 28 de abril de 2000, tendo declarado todos seus débitos de tributos e contribuições sociais à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em 30 de junho daquele ano. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Composição dos débitos de tributos e contribuições sociais incluídos no programa:

	Principal	Juros e Multas	Créditos Fiscais	Total	Atualização TJLP	Amortização	Saldos em 2005	Saldos em 2004
Contribuição Social	32.811	95.979	(70.069)	58.721	26.689	(30.691)	54.719	57.213
Finsocial	1.629	6.440	(4.701)	3.368	1.530	(1.760)	3.138	3.282
IRPJ Contingência 1998	5.389	4.099	(2.992)	6.496	2.952	(3.395)	6.053	6.330
Contribuição Social Contingência 1998	2.464	1.874	(1.368)	2.970	1.349	(1.552)	2.767	2.893
PIS Contingência	17.858	7.417	(5.415)	19.860	9.027	(10.380)	18.507	19.350
Notificação do INSS	87.435	100.332	(73.246)	114.521	52.050	(59.855)	106.716	111.580
Imposto de Renda s/Indenizações	27.203	31.175	(22.759)	35.619	16.189	(18.616)	33.192	34.704
	174.789	247.316	(180.550)	241.555	109.786	(126.249)	225.092	235.352

Do saldo existente em 31 de dezembro de 2005, R$ 199.007 (R$ 208.748 em 2004) referem-se a parcelas de longo prazo.

Foram utilizados à época, créditos próprios de base negativa de contribuição social e prejuízos fiscais no montante de R$ 180.550, para amortização de juros e multas.

Para garantia dos débitos incluídos no programa, a Companhia arrolou bens de sua propriedade (não vinculados à geração de energia elétrica).

Tendo em vista a linearidade dos encargos financeiros incidentes sobre as parcelas mensais devidas, o valor presente dos débitos em 31 de dezembro de 2005 é de aproximadamente R$ 191 milhões (R$ 198 milhões em 2004), considerando também a atualização do saldo da dívida pela TJLP (estimada em 9,75% a.a.). Estima-se o pagamento do montante total da dívida em aproximadamente 14 anos. Em atendimento à Instrução CVM nº 346, de 29 de setembro de 2000, a Companhia optou por não registrar o ajuste ao valor presente apurado.

No período de abril de 2000 a dezembro de 2005, a Companhia já recolheu a título de REFIS R$ 126.249, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

17.1. Composição

	2005			2004		
		Principal			Principal	
	Encargos	Circulante	Longo Prazo	Encargos	Circulante	Longo Prazo
Moeda Estrangeira						
Instituições Financeiras (1)	16.974	267.061	990.793	79.660	187.516	1.451.850
BNDES (2)	5.617	41.874	1.219.232	–	22.054	1.430.589
Medium Term Notes (3)	87.391	170.936	1.039.737	45.883	318.528	1.441.835
Banco do Brasil S.A. (4)	559	166.498	499.494	242	134.203	755.249
ELETROBRÁS	1.014	10.088	–	1.140	11.872	5.462
CPFL (5)	315	23.966	83.882	266	27.178	122.302
Outras Instituições	134	1.072	7.563	96	1.333	9.450
	112.004	681.495	3.840.701	127.287	702.684	5.216.737
Moeda Nacional						
Instituições Financeiras (6)	1.903	273.412	287.170	1.995	246.528	264.460
BNDES (7)	–	201.391	1.309.041	–	205.753	1.165.929
ELETROBRÁS	–	5.642	66.626	–	5.313	72.171
Debêntures (8)	–	315.167	196.163	–	595.431	244.297
Certificados a Termo de Energia Elétrica (9)	–	298.540	297.793	–	296.445	490.615
	1.903	1.094.152	2.156.793	1.995	1.349.470	2.237.472
	113.907	1.775.647	5.997.494	129.282	2.052.154	7.454.209

17.2. Informações sobre Operações em Moeda Estrangeira

(1) Do saldo total, o valor de R$ 1.186.422 é devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, e integra a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e é composto como segue:

Tipo	Anos Vencto. (b)	Anos Carência (b)	Amortização	Taxa de Juros (%) a.a.	2005	2004
Bônus de Conversão da Dívida (a)	18	10	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	471.515	575.838
Bônus de Dinheiro Novo (a)	15	7	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	66.959	91.555
Bônus de Redução Temporária de Juros - FLIRB (a)	15	9	13 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - LIBOR semestral + 13/16	67.956	87.512
Bônus de Capitalização (a)	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - 8,00	550.502	661.002
Bônus de Juros - EI (a)	12	3	19 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 13/16	29.490	62.671
					1.186.422	1.478.578

(a) Possuem garantia do Governo do Estado de São Paulo.

(b) A partir de 15 de abril de 1994.

Do restante de principal, R$ 71.432 referem-se a empréstimos indexados ao franco suíço (CHF) e EURO, com taxas de juros que variam de 2,51% a 8,49% a.a., resultando numa média de juros de aproximadamente 4,33% a.a., vencíveis até 31 de dezembro de 2012.

(2) O saldo de principal de R$ 1.261.106 refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 02 de setembro de 2002, cujo montante original é de US$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES acrescido de "spread" básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contragarantido pelo Governo do Estado.

Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do "Plano Brady", referente a "Bônus ao Par" no valor de US$ 325.516 mil e "Bônus de Desconto" no valor de US$ 227.134 mil.

(3) Nesta rubrica estão registradas três operações no mercado internacional de capitais, sem garantias, sendo:

a) A primeira, com saldo remanescente de R$ 64.936 e vencimento final em junho de 2007, refere-se a notas de médio prazo, emitidas em junho de 1997, cujo valor original era equivalente a US$ 300 milhões, com juros fixos de 9,125% a.a. nos 5 primeiros anos e 9,625% a.a. nos 5 anos seguintes, tendo 90,7% dos detentores dos papéis, equivalente a R$ 759.906 exercido o direito de resgate antecipado em junho de 2002.

b) O saldo de R$ 1.145.737 relacionado à segunda colocação, refere-se ao programa de Euro-Medium Term Notes, no valor original equivalente a US$ 500 milhões, cuja operação de lançamento no mercado internacional ocorreu em fevereiro de 2001.

Em 05 de setembro de 2003, os detentores desses papéis aprovaram, em Assembléia de Investidores, manter os papéis, passando os vencimentos finais de resgates para 2008 e 2011.

A captação foi realizada em duas séries e repactuada como segue:

(i) primeira série, lançada em euros, em 28 de fevereiro de 2001, no montante de EUR 200 milhões, sendo repactuado: **a)** 140,7 milhões de euros, com pagamento de juros anuais de 13% a.a. e vencimentos de principal em 2004, 2006, 2007 e 2008 e **b)** saldo de 59,3 milhões de euros, com pagamento de juros anuais de 14% a.a., amortização parcial em 2004 e vencimento de 95% do principal em 05 de março de 2011.

(ii) a segunda série, lançada em 05 de março de 2001 em dólares norte-americanos, no montante de US$ 300 milhões, sendo repactuado: **a)** US$ 239,2 milhões, com pagamento de juros semestrais de 13% a.a. e vencimentos de principal em 2004, 2006, 2007 e 2008 e **b)** saldo de US$ 60,8 milhões, com pagamento de juros semestrais de 14% a.a., amortização parcial em 2004 e vencimento de 95% do principal em 05 de março de 2011; e

c) O saldo remanescente da terceira colocação, no valor de US$ 120 milhões, referia-se à captação de US$ 150 milhões, concretizada em 09 de maio de 2002, dentro de programa de Euro-Medium Term Notes, com juros de 9% a.a. no primeiro ano e 11,5% a.a. nos anos seguintes, com vencimento final e liquidação dos títulos ocorrido em 09 de maio de 2005.

Todas as notas possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade de a Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando firmar contratos de arrendamento na forma de "Sale and Leaseback" e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido satisfatoriamente os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral), sendo: **(i)** índice de cobertura de juros mínimos de 2% e **(ii)** índice de alavancagem do patrimônio líquido máximo de 50%.

(4) Refere-se a "Contrato de Refinanciamento de Dívida", firmado pela Companhia, à luz da Lei Federal nº 7.976/93, em 25 de março de 1994, junto ao Banco do Brasil S.A., com garantia do Governo do Estado, no qual US$ 1.067 milhões foram refinanciados por um período de 16 anos, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 30 de junho de 1995, com juros baseados na LIBOR + 0,8125% a.a.

(5) Refere-se à transferência de saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL à CESP, atualizado pela variação do dólar norte-americano, com pagamento em parcelas semestrais até 2010 e juros calculados com base em 50% da taxa LIBOR + 0,40625% a.a.

continua

→ continuação

CESP *Companhia Energética de São Paulo*

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.3. Informações sobre Operações em Moeda Nacional

(6) Refere-se, principalmente, a saldo de empréstimos junto ao BNDES, no valor de R$ 282.835 que serão amortizados até março de 2014, indexados pela TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e pelo IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, acrescido de juros calculados à taxa de 8,40% a.a., com garantia do Governo do Estado.

Inclui ainda, o saldo de R$ 277.747, referente a empréstimos com as seguintes instituições financeiras: Banco Itaú BBA S.A., R$ 88.081; Banco Safra S.A., R$ 42.178; Banco BBM S.A., R$ 40.957 e Banco Bradesco S.A., R$ 106.531, com juros em média de 0,42% a.m. acima do CDI.

(7) O saldo de R$ 1.510.432 é referente a Contrato de Cessão de Crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, celebrado em 16 de abril de 2004, com garantia formal do Tesouro Nacional, quando foram transferidos à CESP recursos destinados integralmente à quitação de principal de obrigações e juros junto à União e o próprio BNDES. Por força deste contrato foram quitados, na data da celebração, juros vencidos e vincendos até junho de 2005, no montante total de R$ 378.890. Desse total, foram registrados no resultado como encargos de dívidas R$ 272.724 em 2004 e R$ 106.166 no exercício de 2005 (Nota 12(a)).

Esta operação, contratada pelo montante de R$ 1,2 bilhões, possuía carência de um ano, com juros de 2% a.a. acima da SELIC, amortização em 20 parcelas trimestrais e contragarantia do Tesouro do Estado de São Paulo.

Em 15 de julho de 2005, foi assinado o Termo Aditivo ao Contrato original, objetivando a ampliação da carência, sem alterar o valor original contratado. A amortização será em 15 parcelas trimestrais e sucessivas, com vencimento da primeira em 16 de julho de 2006 e a última em 16 de janeiro de 2010, tendo como compromisso a capitalização da CESP em R$ 1 bilhão, até julho de 2006, com o produto da venda do controle da CTEEP pelo acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo.

(8) Refere-se à 8ª, 9ª e 10ª emissões de debêntures simples, tendo as primeiras negociações ocorrido em 18 de julho de 2001, 1º de julho de 2002 e 07 de julho de 2003, respectivamente.

Emissão			Resgate			Pagamento	Saldos em	
Nº	Data	Séries	Início	Término	Remuneração	de Juros	2005	2004
8ª	01/04/2001	18	11/2003	04/2005	CDI + juros de 2% a.a.	Mensal	-	106.195
9ª	01/02/2002	18	09/2004	02/2006	CDI + juros de 2% a.a.	Mensal	69.963	529.961
10ª	01/03/2003	18	04/2006	09/2007	CDI + juros de 2% a.a.	Mensal	441.367	203.572
							511.330	839.728

Do total de títulos emitidos referentes à 10ª emissão, encontram-se em carteira o equivalente a 27%.
Os recursos obtidos foram utilizados exclusivamente no pagamento de empreiteiros e fornecedores de equipamentos da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

(9) Os Certificados a Termo de Energia Elétrica CTEE´s da 8ª e 9ª emissões, são títulos que têm por objetivo único e exclusivo a obtenção de recursos para o custeio de obras civis e fornecimento de equipamentos para a usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

Emissão				Resgate		Remuneração		Saldos em	
Nº	Data	Qtde.	Séries	Início	Término	Índice A	Índice B	2005	2004
8ª	01/03/2002	1.205.031	18	10/2004	03/2006	Tarifa classe B3 (CPFL)	CDI + 2,5% juros	60.306	345.853
9ª	01/05/2003	1.120.014	18	06/2006	11/2007	Tarifa classe B3 (EBE)	CDI + 2,0% juros	536.027	441.207
								596.333	787.060

A remuneração por ocasião do resgate se dará pela comparação da variação dos índices pactuados na operação, sendo o pagamento pelo maior deles. A 8ª e 9ª emissões têm prazo de carência de 30 e 36 meses, respectivamente, para o início do resgate.

17.4. O principal de curto e longo prazos devido em moeda estrangeira, apresenta a seguinte composição:

	2005			2004		
Moeda	R$ mil	US$ mil (Equivalente)	%	R$ mil	US$ mil (Equivalente)	%
US$	3.944.127	1.685.020	87,22	5.107.125	1.924.022	86,28
Euro	560.810	239.591	12,40	784.981	295.728	13,26
CHF	17.259	7.373	0,38	27.315	10.291	0,46
	4.522.196	1.931.984	100,00	5.919.421	2.230.041	100,00

17.5. O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 31 de dezembro de 2005, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US$ mil (Equivalente)	R$ mil	R$ mil	R$ mil
2007	316.237	740.216	972.026	1.712.242
2008	362.699	848.970	445.044	1.294.014
2009	174.233	407.827	442.249	850.076
2010	92.371	216.213	140.163	356.376
2011	213.977	500.856	39.467	540.323
Após 2011	481.317	1.126.619	117.844	1.244.463
	1.640.834	3.840.701	2.156.793	5.997.494

17.6. As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

	No Exercício	
	2005	2004
US$	(11,82)	(8,13)
CHF	(23,92)	(0,11)
EURO	(23,50)	(0,85)
TR	2,83	1,82
IGP - M	1,21	12,41
IGP - DI	1,22	12,14

18. VALORES A PAGAR

		2005			2004
Credor	Objeto	Circulante	Longo Prazo	Total	Total
ELETROBRÁS	- Energia de ITAIPU, Própria e Transporte de Potência (a)	25.656	164.626	190.282	188.009
	- Refinanciamento (b)	2.915	21.622	24.537	25.996
		28.571	186.248	214.819	214.005
BNDES/MAE	- Racionamento (c)	82.156	95.849	178.005	237.511
		110.727	282.097	392.824	451.516

a) Saldo de contrato de refinanciamento de aquisição de energia, sem a prestação de garantias adicionais por parte da Companhia, celebrado em 14 de julho de 1998, com atualização pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente.

Em 22 de dezembro de 2004, foi celebrado aditivo referente ao saldo remanescente deste contrato, para pagamento em 89 parcelas mensais, com carência até 31 de dezembro de 2005.

b) Refere-se a Termo Aditivo de contrato autorizado pela Resolução de Diretoria nº 374/04 da Eletrobrás, celebrado em 22 de dezembro de 2004, a título de refinanciamento de valores vencidos, para pagamento em 113 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2005, com atualização pela variação do IGP-M, acrescida de juros de 10% a.a.

c) Refere-se a saldo de contratos de financiamento, firmados em 23 de dezembro de 2002 e 1º de julho de 2003, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para pagamento em 60 e 55 meses, a partir de março e agosto de 2003, com juros de 1% a.a. (a título de "spread"), acima da SELIC, que estão sendo amortizados com os recursos recebidos das Distribuidoras por conta do Acordo Geral do Setor Elétrico (Nota 5.1). Estes recursos destinaram-se integralmente à liquidação dos créditos de energia de curto prazo e dos débitos de energia de geradores livres e energia de curto prazo, face ao programa de racionamento.

19. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

	2005			2004
	Circulante	Longo Prazo	Total	Total
- FIDC I	108.174	324.523	432.697	450.325
- FIDC II	135.604	519.816	655.420	–
- FIDC III (ponte)	97.513	207.692	305.205	–
	341.291	1.052.031	1.393.322	450.325

19.1. FIDC I

Em 30 de dezembro de 2004 ocorreu o ingresso dos recursos do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, lançado pela CESP e por um pool de instituições financeiras, formadas pelos Bancos Itaú BBA S.A., ABC Brasil S.A. e Bradesco S.A., sob a coordenação deste último, que também é o administrador/custodiante e gestor do fundo, no montante de R$ 450 milhões, equivalente a 1.500 quotas seniores, com prazo de 5 anos, amortização mensal e juros indexados pelo CDI + 1,9% a.a.

O fundo, do tipo fechado, é lastreado por recebíveis de fornecimento de energia dos clientes da CESP, denominados consumidores livres: Ajinomoto, CBA, Carbocloro, Codemin, Polietilenos União e Unipar.

19.2. FIDC II

Em 05 de outubro de 2005, ocorreu o ingresso dos recursos do FIDC II, no montante de R$ 650 milhões, lançado pela CESP em conjunto com as instituições financeiras, formadas pelos Bancos ABC Brasil S.A., Bradesco S.A. e sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., com prazo de 5 anos, amortização mensal e juros indexados pelo CDI + 2,5% a.a.

O fundo, do tipo fechado, foi constituído mediante cessão de créditos oriundos de 57 CCEAR's 2005/2006 (Contrato de Compra de Energia no Ambiente Regulado), assinados com 29 distribuidoras de energia elétrica.

19.3. FIDC III

Em 29 de novembro de 2005, ocorreu a antecipação dos recursos do FIDC III, no montante de R$ 300 milhões, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., com prazo de 3 anos, amortização mensal e juros indexados pelo CDI + 2,91% a.a.

Os recursos das operações foram destinados à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia.

20. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	2005			2004
	Circulante	Longo Prazo	Total	Total
- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS:	32.908	359.248	392.156	481.509
- Contrato de Dívida	11.221	122.500	133.721	130.166
- Deliberação CVM nº 371/2000	–	76.867	76.867	–
	44.129	558.615	602.744	611.675

20.1. Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS

Refere-se a saldo de contrato para a cobertura de déficit técnico atuarial existente junto à Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, de parcelamento relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado" - BSPS. Este contrato vem sendo amortizado em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997, e é atualizado pela variação do custo atuarial, que em 2005 foi de 7,79% (18,95% em 2004). A Companhia efetuou os ajustes relativos à variação do custo atuarial à data do balanço.

20.2. Contrato de Dívida

Saldo de contrato, com início em 30 de dezembro de 1997, para amortização em 96 parcelas mensais corrigidas pela TR e juros de 8% a.a. A Companhia efetuou os ajustes relativos à variação do custo atuarial ao final do exercício de 2003.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006.

20.3. Deliberação CVM nº 371/2000

Trata-se de provisão para ajuste dos saldos devidos à Fundação CESP, aos compromissos assumidos com a entidade de previdência a empregados, calculados de acordo com os requisitos da Deliberação CVM nº 371.

Informações adicionais relacionadas a valores com a Fundação CESP estão contidas na Nota 29.

21. TAXAS REGULAMENTARES

	2005	2004
CIRCULANTE		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal	2.373	3.857
- Diferença de Quotas - 2002	–	2.648
- Diferença de Quotas - 2003 (1)	804	9.651
- Diferença de Quotas - 2004 (2)	7.810	–
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	22.732	27.370
Quota de Consumo de Combustível - CCC	69	1.897
Taxa de Fiscalização - ANEEL	787	678
Quota da Conta de Desenvolvimento Energético	1.581	1.234
Quotas para P&D - FNDCT (4)	8.908	–
Quotas para P&D - EPE (4)	4.454	–
	49.518	47.335
LONGO PRAZO		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2004 (2)	–	7.993
- Diferença de Quotas - 2005 (3)	16.224	–
TOTAL	65.742	55.328

(1) Através do Despacho ANEEL nº 1.105, de 28 de dezembro de 2004, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com a última parcela liquidada em janeiro de 2006.

(2) Através do Despacho ANEEL nº 37, de 10 de janeiro de 2006, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2006.

(3) Diferença de recolhimentos de 2005, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL.

(4) Referem-se ao saldo das quotas de P&D - Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Companhia em 2006, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária e cível. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Composição:

	2005			2004		
	Valor da Provisão		Depósitos	Valor da Provisão		Depósitos
	No Exercício	Acumulada	Judiciais	No Exercício	Acumulada	Judiciais
Circulante						
Trabalhistas						
Ação de periculosidade (1)	20.425	20.425	–	–	–	–
Ações diversas	29.223	62.178	15.138	216	32.955	11.964
	49.648	82.603	15.138	216	32.955	11.964
Cíveis						
Portaria DNAEE 38 e 45/86	(3.382)	10.517	–	660	13.899	–
Ações diversas	(4.292)	19.919	13.558	7.239	24.211	12.173
	(7.674)	30.436	13.558	7.899	38.110	12.173
Desapropriações e Indenizações						
Ações diversas (2)	(120.626)	–	–	(19.260)	120.626	–
Tributárias						
Ações diversas	2.777	18.455	4.450	10.492	15.678	4.263
	(75.875)	131.494	33.146	(653)	207.369	28.400
Exigível a Longo Prazo						
Trabalhistas						
Ação de periculosidade (1)	(18.411)	–	–	1.738	18.411	–
Desapropriações e Indenizações						
Ações diversas (2)	274.479	274.479	–	–	–	–
Tributárias						
COFINS	27.914	318.604	–	24.614	290.690	–
	283.982	593.083	–	26.352	309.101	–
TOTAL	208.107	724.577	33.146	25.699	516.470	28.400

(1) Valor transferido para o circulante.

(2) Valor transferido para o longo prazo.

A CESP é pólo passivo em ações administrativas e judiciais de natureza tributária, ambiental, trabalhista, bem como decorrentes de desapropriações. Em 31 de dezembro de 2005, o valor total pleiteado pelos demandantes é de R$ 2.310 milhões. Nesta mesma data, o provisionamento total para as contingências administrativas e judiciais é de R$ 725 milhões, para as quais a Companhia possui depósitos judiciais no montante de R$ 33 milhões (ativo circulante) e R$ 124 milhões (imobilizado em curso). As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir.

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

22.1. Ações Judiciais

(a) Reclamações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2005, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R$ 163 milhões. A CESP mantém registradas provisões para enfrentar eventuais obrigações no montante de R$ 83 milhões e realizou depósitos judiciais de R$ 15 milhões.

Uma das ações, movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e Região, consiste em pedido de adicionais de periculosidade. Já foram emitidas decisões desfavoráveis à CESP em duas instâncias. Em 31 de dezembro de 2005, o montante em discussão era de R$ 20,4 milhões, com provisão integral para este litígio.

Outras ações movidas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Itanhaém, Bertioga, Guarujá, Litoral Sul e Vale do Ribeira e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de São Paulo, objetivam um reajuste de 17,28% sobre pagamentos efetuados sob um acordo judicial. Com base em decisões anteriores e na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia acredita que o risco de perda nesta ação é remoto e por isso não constituiu provisão. O valor das reclamações em 31 de dezembro de 2005, era de R$ 48,5 milhões.

Ação também movida pelo Sindicato de Campinas e Região alega que a Companhia não aplicou corretamente a Unidade Real de Valor no cálculo das gratificações anuais na época da implantação do Plano Real. O juiz de primeira instância entendeu que o sindicato não é parte legítima para representar os trabalhadores neste tipo de litígio. O montante em discussão, em 31 de dezembro de 2005, era de R$ 16,1 milhões.

(b) Litígios Cíveis

b.1) Portarias do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias nºs 38 e 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 04 de março de 1986, do antigo DNAEE. O valor estimado total dessas ações era de R$ 33,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, tendo sido registrada provisão de R$ 10,5 milhões para essas obrigações, que corresponde à expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos.

b.2) Ação de Indenização proposta por Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.

Ação ajuizada em dezembro de 2000, por Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. contra a CESP, objetivando indenização por perdas e danos oriundos da ociosidade de equipamentos e mão-de-obra na Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera). O valor pleiteado, em 31 de dezembro de 2005, era de aproximadamente R$ 658 milhões. Dada a perspectiva de desfecho favorável, a CESP, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, não registrou provisão para fazer frente a essa ação.

b.3) Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP, intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total envolvido nessas ações, em 31 de dezembro de 2005, era de R$ 128 milhões. A CESP não registrou provisão para fazer frente a eventuais indenizações, considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial e experiências anteriores.

continua →

continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Ações de Desapropriações/Indenizações

Encontram-se em curso diversas ações em que se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy Geração Paranapanema e a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista que, pelo Protocolo de Cisão Parcial, a responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31/03/1999 é da CESP. Em 31 de dezembro de 2005, o valor da pretensão dos reclamantes correspondente às diversas ações (inclusive CESP) era de aproximadamente R$ 794 milhões. A CESP mantém registrada provisão de R$ 125 milhões para as obrigações referentes às empresas cindidas e de R$ 149 milhões para as ações de desapropriações ou indenizações envolvendo suas usinas, que correspondem à expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia.

(d) Litígios Tributários

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias, as quais discutem a constitucionalidade da cobrança (i) da contribuição à Reserva Global de Reversão ("RGR"), (ii) da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do (iii) Salário Educação, além do recolhimento de impostos sobre a propriedade (i) predial e territorial urbana (IPTU) e (ii) rural (ITR). As principais ações são as seguintes:

d.1) RGR

Ação proposta pelo SIEESP, representando a CESP e outras concessionárias de energia elétrica, contra a União e a Eletrobrás, visando a declaração de inconstitucionalidade da cobrança da RGR. Em sentença de primeira instância, o feito foi extinto sem julgamento de mérito (ilegitimidade do SIEESP) e condenação em 10% de honorários sobre o valor da causa.

Quanto ao valor da causa, a União e a Eletrobrás apresentaram impugnações, as quais foram acolhidas, sendo que o SIEESP interpôs agravos de instrumento ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, buscando a reforma das decisões, ainda pendentes de julgamento.

d.2) COFINS

A CESP questiona judicialmente a constitucionalidade da inclusão de receitas financeiras e não-operacionais na base de cálculo da COFINS, tendo obtido liminar que autorizou o recolhimento sem a inclusão das referidas receitas. Até 31 de dezembro de 2005, o provisionamento atualizado referente ao período de julho de 1999 a janeiro de 2004 correspondente a esta ação, era de R$ 319 milhões. Esta ação encontra-se em fase recursal. Em 2001, foi concedido provimento à apelação da CESP e estão pendentes os embargos declaratórios ingressados pela CESP.

Em 09 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou pela inconstitucionalidade do chamado alargamento da base de cálculo. A CESP aguarda o julgamento do Tribunal Regional Federal em São Paulo, que poderá se posicionar pela inconstitucionalidade da matéria, seguindo a decisão do STF. Somente após a decisão definitiva favorável, este valor será revertido a crédito do resultado (Nota 32.2).

(e) Litígios Ambientais

A CESP responde por 34 ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, de proteção de encostas e indenização por perdas econômicas. Por se tratar de ações envolvendo danos ao meio ambiente, os valores nelas envolvidos só serão apurados em liquidação de sentença.

Existe, ainda, uma ação cível pública promovida pela Colônia de Pescadores Profissionais em curso na Comarca de Dourados pleiteando indenização de danos à ictiofauna em razão do enchimento do reservatório de Porto Primavera. O valor envolvido nesta ação era de aproximadamente R$ 19,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, sem provisão constituída.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 Capital Social

O capital social integralizado de R$ 2.775.433 (R$ 2.655.433 em 2004) está dividido em 61.656.406 mil ações ordinárias e 45.156.610 mil ações preferenciais. O capital social autorizado da CESP, conforme Estatuto Social aprovado em AGE de 08 de abril de 2005 é de até R$ 8.000.000.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2005 são:

	Quantidades de Ações - Em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda	43.761.074	70,98	14.007.641	31,02	57.768.715	54,08
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ	1.323.627	2,15	–	–	1.323.627	1,24
Outros	8.778	0,01	–	–	8.778	0,01
	45.093.479	73,14	14.007.641	31,02	59.101.120	55,33
Outros						
Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA	6.123.203	9,93	12.305.025	27,25	18.428.228	17,25
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.634	0,06	6.664.527	14,76	6.702.161	6,28
BNDES Part. S.A. BNDESPAR	–	–	1.247.713	2,76	1.247.713	1,17
Express Fund. International LLC	–	–	370.000	0,82	370.000	0,35
Wisteria Holdings LLC	707.824	1,15	119.000	0,26	826.824	0,77
Fundo Inv. em Ações GWI Private	325.906	0,53	339.800	0,75	665.706	0,62
Fundo Fator Sinergia II FIA	–	–	638.300	1,42	638.300	0,60
Fundo M I AC Cart Liv Mistyque	277.300	0,45	–	–	277.300	0,26
The Bank of New York - ADR Dep.	–	–	149.470	0,33	149.470	0,14
Outros	9.091.060	14,74	9.315.134	20,63	18.406.194	17,23
	61.656.406	100,00	45.156.610	100,00	106.813.016	100,00

23.2. Direitos das Ações

Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais têm as seguintes características:

(I) a prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;

(II) dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre estas;

(III) direito de indicar um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;

(IV) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias; e

(V) não terão direito a voto e serão irresgatáveis.

Artigo 6º) Cada ação ordinária nominativa terá direito a 1(um) voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

Às ações preferenciais é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

23.3. Reservas

	2005	2004
Reservas de Capital		
Ágio na Subscrição de Ações	10.373	10.373
Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio	34.297	34.297
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio (a)	4.937.750	4.937.750
Doações e Subvenções para Investimentos.	29.106	29.106
Subvenções para Investimentos - CRC	429.396	429.396
Incentivos Fiscais - FINAM/FINOR.	101.197	101.197
	5.542.119	5.542.119

(a) Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio
Refere-se a créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para futuro aumento de capital.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de uma série de transações com partes relacionadas, das quais destacamos as principais:

	BANCO NOSSA CAIXA S.A.		SECRETARIA DA FAZENDA		ELETROBRÁS		FUNDAÇÃO CESP	
ATIVO	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE								
Aplicações Financeiras	21.962	1.073	–	–	–	–	–	–
Valores a Receber	–	–	3.023	11.852	–	–	–	–
	21.962	1.073	3.023	11.852	–	–	–	–
PASSIVO								
CIRCULANTE								
Empréstimos e Financiamentos	–	–	–	–	16.744	18.325	–	–
Valores a Pagar	–	–	–	–	28.571	2.761	–	–
Entidade de Previdência a Empregados	–	–	–	–	–	–	44.129	129
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO								
Empréstimos e Financiamentos	–	–	–	–	66.626	77.633	–	–
Valores a Pagar	–	–	–	–	186.248	211.244	–	–
Entidade de Previdência a Empregados	–	–	–	–	–	–	558.615	611.546
	–	–	–	–	298.189	309.963	602.744	611.675

As condições e a natureza das operações acima apresentadas, estão descritas nas Notas 6, 8, 17, 18 e 20.

24.1. Efeito no Resultado

	2005	2004
RECEITAS FINANCEIRAS		
Aplicações Financeiras	1.081	213
Valores a Receber	369	10.436
	1.450	10.649
ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS/CAMBIAIS		
Empréstimos e Financiamentos	(4.578)	(4.639)
Valores a Pagar	(21.434)	(19.791)
	(26.012)	(24.430)
DESPESAS OPERACIONAIS		
Entidade de Previdência a Empregados	(127.514)	(117.894)

24.2. Gestão Compartilhada CESP/EMAE

Por decisão dos Conselhos de Administração da CESP e da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (empresa também controlada pelo governo do Estado de São Paulo), desde dezembro de 2002, as duas empresas passaram a ser geridas por Diretoria única. As áreas gerenciais passaram a atuar de forma coordenada e as áreas operacionais passaram a atuar de forma integrada, mediante acordos técnico-operacionais assinados entre as partes. Os Acordos prevêem adequada segregação de custos contábeis e orçamentários, além dos correspondentes reembolsos de gastos, se incorridos de uma empresa para a outra.

25. RECEITAS DE VENDA, CUSTO DE COMPRA DE ENERGIA E USO DA REDE ELÉTRICA

25.1. Contratos Iniciais em 2005 e 2004

Conforme facultado pela Lei Federal nº 10.604/02 e pelo Decreto nº 4.767, de 26 de junho de 2003, a CESP renegociou com as concessionárias distribuidoras de energia elétrica o aditamento dos Contratos Iniciais, especificamente para o ano de 2004. Dentre os principais clientes, as concessionárias Eletropaulo, Bandeirante e Elektro fizeram essa opção, renovando parcelas liberadas.

Em 2005, a energia contratada da CESP mediante Contratos Iniciais ficou em 25%, conforme previsto na legislação, que no ano de 2004, após os aditamentos, representou cerca de 70% dos montantes contratados até 2002 (100%).

	% de contratação	
Concessionárias	2005	2004
Eletropaulo	25%	73%
Bandeirante	25%	87%
Elektro	25%	89%
Piratininga	25%	50%
CPFL	25%	50%

25.2. Reajustes Tarifários de Suprimento de Energia

Os reajustes das tarifas de suprimento da CESP no âmbito dos Contratos Iniciais em 2004 e 2005, homologados pela ANEEL, foram os seguintes:

Distribuidoras Supridas	Data do Reajuste	Resolução ANEEL nº	Reajuste
CPFL	08.04.2004	076 de 07.04.2004	4,64%
ELETROPAULO	04.07.2004	159 de 01.07.2004	7,89%
ELEKTRO	27.08.2004	199 de 24.08.2004	9,58%
BANDEIRANTE/PIRATININGA	23.10.2004	237 de 18.10.2004	9,94%
CPFL	08.04.2005	079 de 06.04.2005	15,64%
ELETROPAULO	04.07.2005	138 de 27.06.2005	11,71%
ELEKTRO	27.08.2005	181 de 22.08.2005	10,14%
BANDEIRANTE	23.10.2005	220 de 18.10.2005	7,24%
PIRATININGA	23.10.2005	221 de 18.10.2005	7,92%

25.3. Energia Vendida - Exercícios Findos em 31 de Dezembro

	MWh (*)		R$	
	2005	2004	2005	2004
Fornecimento (1)				
Industrial	5.677.899	3.783.166	400.396	299.881
Comercial	24.369	10.247	1.958	815
Serviço Público	1.561.732	209.210	97.874	5.738
	7.264.000	4.002.623	500.228	306.434
Recomposição Tarifária (2)	–	–	(10.784)	(10.166)
	7.264.000	4.002.623	489.444	296.268
Suprimento (3)				
Contratos				
ELETROPAULO	2.938.980	8.545.286	253.039	657.715
BANDEIRANTE	779.640	2.436.990	66.627	189.935
CPFL	1.710.390	3.357.090	147.208	250.660
ELEKTRO	1.482.630	5.040.609	107.974	331.104
PIRATININGA	755.550	1.454.371	64.610	113.394
Outras	1.019.423	1.091.316	92.569	79.084
Agentes Comercializadores	6.090.963	2.530.982	225.028	65.942
	14.777.576	24.456.644	957.055	1.687.834
Leilão de Energia				
Concessionárias Diversas	6.928.467	–	430.258	–
	21.706.043	24.456.644	1.387.313	1.687.834
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (4)				
Energia de Curto Prazo	–	–	225.526	145.674
Total	28.970.043	28.459.267	2.102.283	2.129.776

(1) Refere-se a vendas a consumidores finais.

(2) Refere-se à parcela adicional de tarifa, aplicada desde dezembro de 2001, denominada Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, em conseqüência do período de racionamento compreendido entre junho de 2001 a fevereiro de 2002.

(3) Refere-se a vendas de energia a Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, através de contratos iniciais e leilão de energia.

(4) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

25.4. Energia Comprada e Uso da Rede Elétrica - Exercícios Findos em 31 de Dezembro

	MWh (*)		R$	
	2005	2004	2005	2004
Revenda				
ITAIPU (1)				
Contrato	–	407.462	–	36.442
Transporte	–	–	–	2.011
	–	407.462	–	38.453
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de Curto Prazo	–	–	59.939	51.810
Uso da Rede Elétrica (3)				
Conexão - CTEEP	–	–	1.546	11.866
Encargos do Serviço do Sistema - CCEE	–	–	1.034	3.187
Rede Básica	–	–	174.227	33.195
Rede Básica - Parcelamento CESP G (4)	–	–	39.882	–
	–	–	216.689	48.248

(1) Incluía contrato e transporte referente à quota-parte compulsória de Itaipu, equivalente a 58 MW de demanda, para atender as pequenas concessionárias de distribuição atendidas pela CESP, obrigação legal que se extinguiu em dezembro de 2004.

(2) Inclui os valores de faturamento e fechamento junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrentes do rateio entre as empresas geradoras do país.

(3) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Normativas ANEEL nºs 149 e 150, de 30 de junho de 2005.

(4) Parcelamento referente aos encargos devidos no período janeiro de 2003 a fevereiro de 2005.

(*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

26. DESPESAS OPERACIONAIS

	2005	2004
Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal	(74.772)	(68.223)
Material	(2.487)	(2.091)
Serviços de terceiros	(22.673)	(22.807)
Depreciação	(5.675)	(5.831)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(9.439)	(8.136)
Aluguéis	(3.206)	(2.283)
Outras	(1.549)	(1.190)
	(119.801)	(110.561)
Outras Despesas Operacionais		
Provisão p/Realização de Créditos (Nota 5.4 e 12)	(122.559)	–
Outras	(1.255)	(1.162)
	(123.814)	(1.162)
	(243.615)	(111.723)

continua

continuação

Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS/VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS

	2005	2004
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.419	1.009
Atualização de valores a receber (Nota 8)	369	10.436
Atualização de quotas subordinadas - FIDC I e II	6.694	–
Atualização de créditos/recebíveis - EMURB (Nota 8)	7.427	7.138
Atualização de valores a receber - RTE/Acordo de reembolso (Nota 5)	94.628	90.957
Acréscimos moratórios em contas de energia	5.938	8.402
Juros sobre o capital próprio/dividendos	3.696	1.375
Outras	112	1.979
	120.283	121.296
Despesa		
Encargos de Dívidas		
Moeda estrangeira	(480.778)	(550.634)
Moeda nacional	(206.911)	(188.264)
	(687.689)	(738.898)
Outras		
Encargos s/tributos e contribuições sociais	(48.381)	(67.344)
Contrato ELETROBRÁS	(21.434)	(19.791)
Atualização do acordo de reembolso (Nota 3)	(6.918)	(4.636)
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento	(12.215)	–
Comissões e despesas - FIDC	(23.196)	(15.750)
CPMF	(22.642)	(16.771)
Imposto s/operações financeiras	(16.146)	(5.835)
Outras	(13.706)	(1.914)
	(164.638)	(132.041)
	(852.327)	(870.939)
	(732.044)	(749.643)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional.	(635.819)	(485.828)
Moeda estrangeira.	775.891	458.613
	140.072	(27.215)

28. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2005	2004
Contribuições ao Instituto Criança Cidadã - ICC	(2.612)	(4.454)
Indenizações pagas	(21.923)	(17.548)
Contribuições por conta de Convênios	(14.165)	(20.032)
Contribuições - outros Convênios	(9.813)	(230)
Provisão p/contingências	(16.203)	(12.718)
Outras receitas/(despesas)	987	(1.395)
	(63.729)	(56.377)

29. PLANOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO AOS EMPREGADOS

Através da Fundação CESP são mantidos planos de suplementação de aposentadorias e pensão aos empregados da CESP, regidos pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977. A entidade patrocinadora é a própria CESP. Os planos proporcionam benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, utilizando o regime financeiro de capitalização. O valor presente dos benefícios a serem pagos, menos o valor presente das contribuições futuras, determina as necessidades de reservas.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997 objetivando equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece a seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica, os quais também são administrados pela Fundação CESP.

29.1. Plano "B" e "B1" - Suplementação de Aposentadorias

Em decorrência do saldamento do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS (Plano B) existente junto à Fundação CESP (Nota 20), foi criado o Plano B1 de benefícios, que substituiu o Plano B. Este plano entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998.

O custeio desse plano ocorre por contribuições paritárias entre a empresa e os empregados. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por consultor atuarial independente, que emitiu relatório em 10 de janeiro de 2005.

A contribuição da patrocinadora no ano de 2005 foi de R$ 6.663 (R$ 6.053 em 2004), equivalente a 6,51% (8,57% em 2004) sobre os salários reais de contribuição.

Os benefícios do Plano B anterior se mantêm idênticos para os participantes assistidos. No caso dos participantes não assistidos, as reservas correspondentes aos mesmos foram saldadas pela patrocinadora em 31 de dezembro de 1997 e os benefícios serão pagos aos participantes, também na forma de renda vitalícia, quando do início do prazo de suas aposentadorias. O saldo do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é corrigido até a data do início dos pagamentos dos benefícios pelo IGP-DI publicado pela Fundação Getúlio Vargas e quando do início da concessão dos benefícios de acordo com o mesmo índice, nas mesmas datas em que forem reajustados os benefícios da Previdência Social.

29.2. Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão

Com o advento da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a Companhia vem registrando os ajustes dos passivos referentes a esses planos diretamente no resultado. Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado.

Demonstramos a seguir a situação dos Planos da Companhia em 31 de dezembro de 2005 e 2004, no que se refere aos riscos de morte e invalidez dos participantes, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

a) Conciliação dos ativos e passivos

	2005	2004
Valor justo dos ativos	1.892.531	1.747.338
Total do passivo atuarial	(2.495.275)	(2.432.752)
Perdas/(ganhos) a serem reconhecidos em exercícios futuros (*)	–	11.029
Passivo líquido	(602.744)	(674.385)

(*) A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a Companhia optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

b) Movimentação do passivo atuarial

	2005	2004
Valor presente da obrigação atuarial total líquida (31/12/2004-2003)	2.432.752	2.179.093
Custo dos serviços correntes	3.437	3.088
Custo dos juros	313.582	338.631
Perda/(ganho) atuarial	(71.263)	83.714
Benefícios pagos	(183.358)	(171.837)
Transferência de Contrib. Definida a Benefício Definido (CD a BD)	125	63
Valor presente da obrigação atuarial total líquida (31/12/2005-2004)	2.495.275	2.432.752

c) Movimentação do ativo do plano

	2005	2004
Valor justo do ativo do plano (31/12/2004-2003)	1.747.338	1.504.161
Contribuição do empregador.	43.719	68.343
Contribuições dos empregados.	1.841	1.815
Rendimento dos ativos do plano.	282.866	344.793
Benefícios pagos.	(183.358)	(171.837)
Transferência de CD a BD.	125	63
Valor justo do ativo do plano (31/12/2005-2004)	1.892.531	1.747.338

d) Despesa prevista para:

	2006
Custo do serviço	3.326
Custo dos juros	308.416
Rendimento esperado dos ativos do plano	(233.917)
Contribuição esperada dos empregados	(1.978)
Total	75.847

e) Premissas atuariais

	2005	2004
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	12,36%	12,89%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	12,36%	12,89%
Taxa de crescimento salarial futuro	9,18%	9,18%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	6,00%	6,00%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo	0,9681	0,9775
Taxa de rotatividade	nula	nula
Tábua de mortalidade	GAM-83	GAM-83
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de ativos.	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos.	1.279	1.331
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez.	4.080	4.070
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez.	219	219
Nº de participantes inativos - pensionistas.	605	571

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 235/95, a Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação consideradas apropriadas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter efeito material nos valores de realização estimados.

30.1. Considerações sobre Riscos

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que impactem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap" com a finalidade de proteger-se de referido risco, em função dos montantes e dos custos envolvidos. No entanto, quando possível, efetua a compra de câmbio antecipada e realiza operações de captação de recursos em reais, como forma de proteção cambial. As tarifas estipuladas e autorizadas pelo Poder Concedente não contemplam qualquer proteção para referidos riscos.

Em 31 de dezembro de 2005, significativa parte da dívida financeira da Companhia estava atrelada ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras, no valor total de R$ 4.634.200 (R$ 6.046.708 em 2004) conforme Nota 17.

b. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no exterior. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia possuía R$ 2.760.795 (R$ 3.386.877 em 2004) em empréstimos e financiamentos, captados a taxas variáveis de juros (LIBOR).

c. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: **(1)** para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; **(2)** para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

d. Risco Hidrológico

Quatro das principais usinas hidrelétricas da CESP, que representam 99% da energia assegurada para venda, concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região noroeste do Estado de São Paulo. As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupiá e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada excelente, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da Usina de Jupiá.

A Companhia construiu um canal - Canal de Pereira Barreto - de cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. Outro fator positivo é que suas usinas se situam a jusante (rio abaixo), em seqüência a inúmeros outros aproveitamentos energéticos existentes a montante, de modo que se beneficia de estar praticamente no fim da cascata, tendo a usina de Itaipu a jusante de suas usinas.

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. O MRE é um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema, são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R$ 6,84 por MWh (Resolução Normativa ANEEL nº 132, de 23 de dezembro de 2004, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2005).

30.2. Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2005 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

a. Disponibilidades e Aplicações Financeiras - Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

b. Valores a Receber - RTE/Energia Livre e Valores a Pagar - Energia - Estes créditos e débitos decorrem basicamente da venda de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo MAE) e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseado nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas informações.

c. Investimentos - Estão registrados ao custo de aquisição. É feita provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

d. Debêntures - A Companhia já liquidou oito das dez emissões de debêntures que realizou. Estes títulos são negociados no mercado de balcão. Estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na Nota 17.3(8).

e. Certificados a Termo de Energia Elétrica - CTEE's - São títulos lançados pela CESP e se caracterizam por ter, na data da emissão, o valor unitário de 1 megawatt/hora da tarifa de fornecimento classe B-3 de uma Distribuidora de energia elétrica. A tarifa da classe B-3 é aplicável aos Consumidores Cativos e é regulada pela ANEEL para cada empresa detentora da rede de distribuição, estando sujeita ao controle e à fiscalização do Poder Concedente.

Os CTEE's são negociados em mercado de balcão e oferecem duas alternativas de resgate financeiro, prevalecendo a maior entre: **(1)** a remuneração pelo índice financeiro definido, e **(2)** a variação da tarifa B-3. Permite ainda o resgate físico, quando utilizado para pagamento de faturas de energia elétrica junto à Distribuidora, que por sua vez os utiliza para pagar sua fatura junto à CESP (Nota 17.3(9)).

A Companhia já liquidou sete das nove emissões que realizou, não tendo ocorrido resgate físico até a data.

A Companhia não mantinha transações com instrumentos financeiros derivativos à data de suas demonstrações financeiras.

31. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Tipo	Seguradora	Cobertura	Vencto.	Valor Segurado
RCG	Cia. de Seguros Gralha Azul	Indenização p/danos pessoais e/ou materiais a terceiros	01/2007	15.000
D&O	Itaú Seguros S.A.	Responsabilidade civil - D&O	01/2007	2.000
Vida	Unibanco AIG Seguradora S.A.	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados	11/2006	13.625
Imóveis	ACE Seguradora S.A.	Prejuízos decorrentes de incêndio, raio, explosão e outros	11/2006	66.000

32. FATOS RELEVANTES

32.1. Desestatização da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

O Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - PED, incumbiu a CESP de coordenar o processo de alienação das ações do controle acionário da CTEEP.

Em 13 de julho de 2005, foi publicado o edital de licitação para a contratação de serviço de Consultoria para Avaliação Econômico-Financeira e serviço de Avaliação Econômico-Financeira e Modelagem de Venda, visando a alienação das ações da CTEEP.

Por decisão do acionista controlador, o Estado de São Paulo, o produto da venda das ações da CTEEP, será destinado à capitalização da CESP.

Na eventualidade da não ocorrência da alienação das ações da CTEEP, o Estado, na condição de acionista controlador, continua com a obrigação de capitalizar a CESP no montante de R$ 1 bilhão, em 4 parcelas anuais de R$ 250 milhões.

32.2. COFINS e PIS - Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF

Em 09 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou pela inconstitucionalidade da cobrança da COFINS e do PIS sobre todas as receitas (parágrafo 1º, artigo 3º da Lei nº 9.718, de 29 de novembro de 1998), que incluiu na base de cálculo dessas contribuições as receitas financeiras das empresas, chamada alargamento da base. A ação da CESP sobre a COFINS poderá ter decisão favorável à Companhia, e somente após a decisão definitiva favorável reverterá a resultado o montante de R$ 319 milhões, registrado como contingência tributária (Nota 22).

Com relação ao PIS, a CESP recolheu essa contribuição sobre todas as suas receitas no período de julho de 1999 a novembro de 2002, tendo ingressado com a ação de repetição de indébito, devendo após a decisão definitiva ter direito a restituição de aproximadamente R$ 34 milhões.

33. EVENTOS SUBSEQÜENTES

33.1. Captação em Notas de Médio Prazo

A Companhia concluiu em 03 de março de 2006, o lançamento de Notas de Médio Prazo, através dos Bancos Finantia e Standard Bank, tendo captado US$ 300 milhões, com juros semestrais de 10% a.a. e vencimento único dos títulos em 2011. Estes recursos destinam-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.

continua

continuação

Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

ANEXO I
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Valores em milhares de reais)

	2005	2004
Caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(195.761)	34.059
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa proveniente das operações:		
Depreciação	478.941	475.633
Depreciação - não operacional	1.554	1.554
Variação monetária e cambial de empréstimos e financiamentos	(322.226)	41.417
Baixas do ativo imobilizado	6.140	4.671
Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo)	102.966	105.302
Outras	(1.514)	156
(Reversão)/provisão para créditos de liquidação duvidosa	776	(8.807)
(Aumento)/diminuição em contas a receber de consumidores e revendedores	28.072	(19.494)
(Aumento)/diminuição em valores a receber - RTE/energia livre	118.972	81.653
(Aumento)/diminuição em valores a receber	1.403	(60.527)
(Aumento)/diminuição em tributos e contribuições compensáveis	1.734	5.372
(Aumento)/diminuição em cauções e depósitos vinculados	(19.181)	(57.742)
(Aumento)/diminuição em almoxarifado	(1.653)	(995)
(Aumento)/diminuição em outros créditos	949	50.306
(Aumento)/diminuição em despesas pagas antecipadamente	112.899	(116.344)
Aumento/(diminuição) em fornecedores	47.706	(7.439)
Aumento/(diminuição) em supridores de energia elétrica	17.137	(8.081)
Aumento/(diminuição) em tributos e contribuições sociais	(15.312)	(17.817)
Aumento/(diminuição) em tributos e contribuições sociais - REFIS	(10.260)	(9.740)
Aumento/(diminuição) em valores a pagar - energia	(7.379)	(19.517)
Aumento/(diminuição) em valores a pagar	(58.692)	(21.116)
Aumento/(diminuição) em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	942.997	450.325
Aumento/(diminuição) em entidade de previdência a empregados	(8.931)	(42.767)
Aumento/(diminuição) em taxas regulamentares	10.414	(5.014)
Aumento/(diminuição) em provisão para contingências	58.431	25.699
Aumento/(diminuição) em obrigações estimadas/folha de pagamento	982	(2.823)
Aumento/(diminuição) em outros passivos	164.455	(37.325)
	1.455.619	840.599
Caixa utilizado nas atividades de investimentos:		
Aplicações no imobilizado	(240.089)	(234.440)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos e encargos da dívida	1.531.496	2.940.400
Amortização de empréstimos e financiamentos	(2.957.867)	(3.368.592)
Subscrição e integralização de capital - acionistas minoritários	35.374	–
	(1.390.997)	(428.192)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes a caixa	(175.467)	177.967
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício	223.292	45.325
Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício	47.825	223.292

ANEXO II
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Valores em milhares de reais)

	2005	2004
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas operacionais	2.102.979	2.130.272
Provisão/reversão p/créditos de liquidação duvidosa	(785)	8.807
Resultado não operacional (exceto COFINS e PIS)	(63.487)	(56.139)
	2.038.707	2.082.940
Menos:		
Insumos		
Energia comprada para revenda - Itaipu	–	38.453
Energia de curto prazo - apropriação/(reversão)	59.939	51.810
Encargos de uso da rede elétrica/serviços do sistema	216.689	48.248
Encargos de capacidade emergencial	–	6.079
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	134.739	108.421
Serviços de terceiros	37.437	35.166
Materiais	6.633	6.372
Outros custos operacionais	52.701	39.742
	508.138	334.291
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.530.569	1.748.649
Retenções		
Depreciação	478.941	475.633
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	1.051.628	1.273.016
TRANSFERÊNCIAS		
Receitas financeiras	120.283	121.296
Superávit técnico atuarial - Fundação CESP	97.568	96.302
Ativo regulatório - COFINS/PIS	35.915	–
Provisão p/realização de créditos	(122.559)	–
Contribuição social e imposto de renda diferidos (passivo)	(102.966)	(105.302)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.079.869	1.385.312
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Remuneração do trabalho (exceto INSS)	93.147	84.049
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao Plano	6.663	6.053
Entidade de previdência a empregados - Contrato (Nota 20)	127.514	117.894
	227.324	207.996
Intrasetoriais - RGR/CCC	57.985	71.277
Financiadores e aluguéis:		
Juros e encargos de dívidas	829.360	847.773
Variações monetárias e cambiais líquidas	(140.072)	27.215
Arrendamentos e aluguéis	3.206	2.283
	692.494	877.271
Governos:		
COFINS/PIS	180.068	110.585
INSS	20.115	18.119
CPMF	22.642	16.771
ICMS/ISS	75.002	49.234
	297.827	194.709
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(195.761)	34.059
TOTAL	1.079.869	1.385.312

ANEXO III
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE
(Valores em milhares de reais)

ATIVO

	2005	2004
CIRCULANTE		
Disponibilidades	47.825	225.954
Consumidores	65.692	51.309
Revendedores	169.385	214.978
Valores a receber - RTE/energia livre	240.949	156.513
Valores a receber	25.922	21.307
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.608)	(25.128)
Tributos e contribuições compensáveis	4.924	5.459
Cauções e depósitos vinculados	33.291	53.940
Almoxarifado	15.517	14.029
Despesas pagas antecipadamente	22.456	111.068
Outros créditos	35.983	38.152
	636.336	867.581
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Valores a receber - RTE/energia livre	99.701	308.589
Valores a receber	45.799	52.689
Tributos e contribuições compensáveis	220	1.501
Cauções e depósitos vinculados	61.706	22.780
Créditos de imposto de renda e c. social diferidos	776.420	785.678
Despesas pagas antecipadamente	–	25.901
Outros créditos	20.029	19.489
	1.003.875	1.216.627
PERMANENTE		
Investimentos	134.020	48.451
Imobilizado	40.602.263	41.357.366
	40.736.283	41.405.817
TOTAL	42.376.494	43.490.025

PASSIVO

	2005	2004
CIRCULANTE		
Fornecedores	88.414	41.193
Supridores de energia elétrica	30.767	13.793
Folha de pagamento	1.242	1.078
Obrigações estimadas - folha de pagamento	12.534	11.869
Tributos e contribuições sociais	44.676	55.316
Tributos e contribuições sociais - REFIS	26.085	26.921
Encargos de dívidas	113.907	130.824
Empréstimos e financiamentos/FIDC	2.116.938	2.243.659
Valores a pagar - energia	22.301	22.652
Valores a pagar	110.727	2.794
Entidade de previdência a empregados	44.129	131
Taxas regulamentares	49.518	47.899
Provisão para contingências	131.494	209.842
Outros	54.614	36.259
	2.847.346	2.844.230
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e financiamentos/FIDC	7.049.525	8.072.091
Valores a pagar - energia	–	7.382
Valores a pagar	282.097	213.763
Entidade de previdência a empregados	558.615	618.838
Imposto de renda e contribuição social diferidos	701.731	605.904
Tributos e contribuições sociais	7.778.516	7.983.519
Tributos e contribuições sociais - REFIS	199.007	211.237
Taxas regulamentares	16.224	8.088
Provisão para contingências	593.083	312.787
Outros	145.672	2.719
	17.324.470	18.036.328
Outras obrigações	41.862	41.862
	17.366.332	18.078.190
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	7.577.450	7.457.450
Reservas de capital	13.538.845	13.538.845
Reservas de lucros	1.808.174	1.808.174
Prejuízos acumulados	(761.653)	(236.864)
	22.162.816	22.567.605
TOTAL	42.376.494	43.490.025

continua

→ continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE **SÃO PAULO**
RESPEITO POR VOCÊ

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE

(Valores em milhares de reais, exceto lucro ou prejuízo por lote de mil ações)

	2005	2004
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia	499.414	316.086
Recomposição tarifária extraordinária	(10.786)	(11.565)
Suprimento de energia	949.777	1.891.371
Energia de leilão	431.300	–
Energia de curto prazo - CCEE	226.301	–
Outras receitas	698	529
	2.096.704	2.196.421
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(44.542)	(57.456)
Encargos de capacidade emergencial/aquisição de energia	–	(6.811)
ICMS s/fornecimento de energia	(75.051)	(52.651)
COFINS s/receitas operacionais	(147.673)	(89.479)
PIS s/receitas operacionais	(32.043)	(21.305)
Ativo regulatório - COFINS/PIS	35.929	-
	(263.380)	(227.702)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.833.324	1.968.719
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal	(119.845)	(114.644)
Material	(6.800)	(8.473)
Serviços de terceiros	(37.324)	(36.409)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(134.863)	(116.557)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	(13.480)	(18.834)
Energia comprada para revenda - Itaipu	-	(33.867)
Energia de curto prazo - CCEE	(59.609)	(58.938)
Encargos de uso da rede elétrica/serviços do sistema	(216.657)	(52.053)
Depreciação	(1.093.671)	(1.100.838)
Provisões operacionais	(36.831)	(12.986)
Provisão p/realização de créditos	(122.548)	-
Outras despesas	(19.027)	(15.199)
	(1.860.655)	(1.568.798)
RESULTADO DO SERVIÇO	(27.331)	399.921
Entidade de previdência a empregados		
Juros/variações monetárias - Contrato Fundação CESP	(137.247)	(125.532)
Superávit Técnico Atuarial - Fundação CESP	97.559	98.173
	(39.688)	(27.359)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		
Receitas	113.369	48.872
Despesas		
Encargos de dívidas	(704.714)	(780.207)
Outras	(141.496)	(148.478)
Variações monetárias e cambiais líquidas	374.311	2.298.697
	(471.899)	1.370.012
	(358.530)	1.418.884
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(425.549)	1.791.446
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(102.068)	(209.804)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(527.617)	1.581.642
Imposto de renda diferido	61.165	(470.040)
Contribuição social diferida	31.438	(169.214)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(435.014)	942.388
Lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações no final do exercício - R$	(4,07)	10,06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores em milhares de reais, expressos em moeda de dezembro de 2005)

1. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Além das práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, anteriormente descritas, as seguintes práticas foram adotadas na preparação das demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante:

1.1. Atualizações monetárias - as atualizações monetárias foram procedidas com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M;

1.2. Perdas/ganhos nos itens monetários - na apuração das perdas e ganhos nos itens monetários optou-se pela utilização do critério misto. As receitas e despesas refletem valores nominais, corrigidos monetariamente até a data do balanço, ajustados pelas perdas e ganhos com ativos e passivos correspondentes. As perdas e os ganhos sem vinculação específica estão alocados em Outras Despesas Operacionais;

1.3. Balanço patrimonial - o ativo permanente, as outras obrigações - reversão/amortização e o patrimônio líquido foram atualizados de acordo com o critério descrito no item 1.1 acima. As demais contas do balanço patrimonial foram mantidas pelos seus montantes originais, por estarem de acordo com o poder aquisitivo da moeda em 31 de dezembro de 2005. O saldo da conta "almoxarifado" não foi atualizado monetariamente, e os saldos de contas a receber e a pagar pré-fixados não foram ajustados a valor presente, tendo em vista a imaterialidade do efeito líquido desses procedimentos;

1.4. Demonstração do resultado - seus componentes estão atualizados para a moeda de poder aquisitivo de 31 de dezembro de 2005;

1.5. Provisão para imposto de renda e contribuição social - os efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre os acréscimos patrimoniais encontram-se refletidos nas demonstrações financeiras. Os créditos fiscais relacionados aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, disponíveis para compensação com lucros tributáveis futuros, estão reconhecidos nas demonstrações financeiras, em moeda de poder aquisitivo constante;

1.6. Demonstrações financeiras e notas explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004 - os saldos e informações referentes a 2004 foram atualizados para moeda de poder aquisitivo de 31 de dezembro de 2005, de acordo com o critério descrito no item 1.1 acima.

2. CONCILIAÇÃO DOS SALDOS PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA E PELA CORREÇÃO INTEGRAL

	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO	
	2005	2004	2005	2004
Pela legislação societária	7.064.827	7.140.588	(195.761)	34.059
Atualização para moeda de 31 de dezembro de 2005	–	85.141	–	406
	7.064.827	7.225.729	(195.761)	34.465
Correção monetária:				
Imobilizado	22.902.120	23.348.188	(170.916)	3.869.157
Outras obrigações	(26.380)	(26.197)	(494)	(4.624)
Patrimônio liquido	–	–	(263.595)	(2.415.702)
Imposto de renda e c. social s/efeitos inflacionários	(7.777.751)	(7.980.115)	195.752	(540.908)
Em moeda de poder aquisitivo constante	22.162.816	22.567.605	(435.014)	942.388

3. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

3.1. Composição

	2005	2004
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro inflacionário:		
- Diferido à alíquota de 6%	765	3.404
- Sobre os efeitos de correção monetária do ativo permanente	7.777.751	7.980.115
	7.778.516	7.983.519

3.2. Créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia dispõe de saldo de prejuízos fiscais no montante de R$ 1.765.677 e base negativa de contribuição social no montante de R$ 570.119, disponíveis para compensação com lucros tributários futuros, respeitada a limitação de 30% na sua compensação. Os créditos fiscais relacionados aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como decorrentes de diferenças intertemporais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante pelo valor de R$ 776.420, devendo ser realizados em até 10 anos como determina a Instrução CVM nº 371/02 (Nota 10).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
MAURO GUILHERME JARDIM ARCE

VICE-PRESIDENTE
RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA

CONSELHEIROS

ANTONIO MARDEVÂNIO GONÇALVES DA ROCHA
CAIO MÁRCIO VIOTTO COUBE
CARLOS PEDRO JENS
CLAUDIA MARIA COSTIN
FERNANDO CARVALHO BRAGA
FERNANDO MAIDA DALL'ACQUA
GUSTAVO DE SÁ E SILVA
LUIZ DE FREITAS BUENO
LUIZ TACCA JÚNIOR
MARTUS ANTONIO RODRIGUES TAVARES
NELSON VIEIRA BARREIRA
NORBERTO DE FRANCO MEDEIROS
ROGÉRIO DA SILVA

DIRETORIA

GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO
PRESIDENTE

VICENTE KAZUHIRO OKAZAKI
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

HILTON PAULO DA SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ROBERTO ARECO GOMES
DIRETOR DE GERAÇÃO OESTE

ANTONIO BOLOGNESI
DIRETOR DE GERAÇÃO LESTE

IRAMIR BARBA PACHECO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

IVO ANTONIO FUCHS
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONTADOR - CRC-1PR028765/O-2"T"SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os itens I, II, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 20 de março de 2006

Antonio Carlos Figueiredo
José Eduardo Pessini
Atílio Gerson Bertoldi
Pedro de Carvalho
Reginaldo Antonio Ribeiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
CESP - Companhia Energética de São Paulo
São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da CESP - Companhia Energética de São Paulo em 31 de dezembro de 2005 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: **(a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; **(b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **(c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As informações suplementares contidas nos Anexos I, II e III, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia apresentava um endividamento total de R$ 9.673.194 mil, do qual R$ 4.634.200 mil estão indexados em moedas estrangeiras. Nessa mesma data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 2.211.011 mil. A liquidação desses passivos depende do sucesso dos esforços da Administração da Companhia na renovação de linhas de crédito ou obtenção de recursos adicionais e na melhoria da rentabilidade de suas operações. Os planos e ações da Administração da Companhia relacionados a esses assuntos estão descritos na nota explicativa nº 2 e, em função da expectativa da Administração quanto ao sucesso desses planos, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis aplicáveis a companhias em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste em virtude dessas incertezas.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a Companhia, nos termos das normas vigentes, contabilizou as transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito do antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE (atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE), as quais se encontram registradas, em 31 de dezembro de 2005, no ativo circulante por R$ 240.949 mil, no ativo realizável a longo prazo por R$ 99.701 mil e no passivo circulante por R$ 22.301 mil. Essa contabilização tomou por base cálculos elaborados e divulgados pelo MAE e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. No entanto, os referidos montantes poderão sofrer modificações em virtude de decisões judiciais de processos em andamento, movidos por empresas do setor e decorrentes de interpretação das regras do mercado, cujo desfecho, não previsível nas circunstâncias, afetará todos os agentes do setor.

7. O balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2004 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos e as informações suplementares contidas nos Anexos I, II e III, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante, correspondentes ao exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, cujo parecer, datado de 9 de março de 2005, continha parágrafo com limitação de escopo quanto ao fato de a Companhia entender não ser necessário e não ter procedido a estudo e avaliação para determinar as possibilidades de recuperação do custo contábil do ativo imobilizado por meio dos resultados das operações futuras do parque gerador e contiveram parágrafos de ênfase similares aos assuntos descritos nos parágrafos 5 e 6 acima.

São Paulo, 08 de março de 2006

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Maurício Pires de Andrade Resende
Contador
CRC nº 1 MG 049699/O-2 "T" SP

Deloitte.

abrasca companhia associada

A CESP foi uma das 10 empresas brasileiras finalista dos *Prêmios Anefac - Fipecafi - Serasa*, conferido às melhores demonstrações financeiras publicadas no país em 2000, 2001, 2002 e 2003, referentes aos exercícios sociais de 1999, 2000, 2001 e 2002.

COMPANHIA BOVESPA Bolsa de Valores de São Paulo LISTADA